

Economia em Debate

nº 270

(18/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Tabelar frete é ilegal e estimula formação de cartel, diz Cade

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviará hoje ao Supremo Tribunal Federal parecer em que afirma que o tabelamento do frete rodoviário, feito pelo governo federal após acordo com caminhoneiros, cria uma espécie de cartel, tem graves efeitos ao consumidor, prejudica o mercado e representa afronta à livre concorrência, informa Lorena Rodrigues. Uma das críticas é que a Medida Provisória 832 estabelece fixação de preços com participação de cooperativas e sindicatos de transporte de cargas, que concorrem entre si. A manifestação do Cade foi feita a pedido do ministro Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida. Sua decisão deve ter forte impacto. Caminhoneiros dizem que, sem o tabelamento, podem voltar a fazer greve.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviará hoje ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer em que afirma que o tabelamento do frete rodoviário, feito após um acordo feito pelo governo federal para encerrar a greve dos caminhoneiros, cria uma espécie de cartel, tem graves efeitos ao consumidor, prejudica o mercado e representa uma afronta à livre concorrência.

No documento, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, o Cade faz duras críticas à criação da tabela de preços mínimos pela Medida Provisória 832. A manifestação do Cade foi feita a pedido do ministro do STF Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida. Na quarta-feira, Fux enviou questionamento à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Cade, e fixou prazo de 48 horas para o governo se manifestar sobre o preço mínimo dos fretes.

A decisão do ministro sobre a MP pode ter um forte impacto para o País. Os caminhoneiros têm dito que, sem o tabelamento do frete, podem até voltar a paralisar as atividades.

Na sexta-feira, a Fazenda enviou posicionamento contrário ao tabelamento. A conclusão foi de que a tabela inibe a concorrência e deve elevar custos. A AGU, por sua vez, defendeu a medida e afirmou que o princípio da livre concorrência não é ferido, porque ele deve ser compreendido em análise conjunta com um trecho da Constituição segundo o qual, quando o poder econômico é exercido de maneira “antissocial”, cabe ao Estado intervir para coibir o abuso.

O Cade traz o parecer mais severo sobre a impropriedade da medida. O conselho deixa claro que o tabelamento “não apresenta benefícios ao adequado funcionamento do mercado e ao consumidor final, que arcará com os aumentos de preço decorrentes de tal medida”. E lembra ainda que o

entendimento do Cade ao longo dos anos é que o tabelamento de preços é uma infração à ordem econômica, passível de condenação. Problema. O preço mínimo para o frete virou uma armadilha para o governo. Já foram editadas duas versões da tabela. A primeira – que está em vigor – atendeu aos caminhoneiros, mas revoltou o agronegócio, que fala em aumentos de até 150% nos preços. A segunda procurou aliviar

o custo aos produtores, mas contrariou os caminhoneiros. O governo a revogou. Uma terceira versão está em discussão. Mas o que o STF está avaliando é a constitucionalidade do tabelamento.

Fux exigiu um posicionamento do governo sobre isso, no âmbito de uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil). A associação alega que a tabela “decreta o fim da livre iniciativa e da concorrência para ‘acalmar’ uma categoria furiosa, e irá, ao fim e ao cabo, liquidar as empresas de transporte rodoviário de ‘commodities’”.

O Cade cita decisões em que condenou tabelas de preços, como nos setores de serviços médicos, frete de combustíveis e agências de viagens, e no próprio setor de transporte de carga e logística, tomada este ano. “O Cade já analisou este tipo de situação e afirmou de maneira muito categórica de que há grande possibilidade de esse tipo de tabela gerar prejuízos à sociedade brasileira”, reforça.

Uma das críticas é que a MP estabelece que os preços serão fixados com a participação de representantes das cooperativas e de sindicatos de transportes, que concorrem entre si, o que estimula que combinem comportamentos e caracteriza uma espécie de cartel. Outro ponto é que, ao estipular um custo padrão, quem tem preço inferior poderá lucrar com os valores mínimos estabelecidos, já que não poderá cobrar abaixo da tabela.

Selic e incertezas no cenário minam queda de juro bancário

Com o fim do ciclo de queda da Selic, o aumento das incertezas políticas e a pressão externa, a chance de haver uma efetiva queda dos juros cobrados ao consumidor, que vinha se desenhando, ainda que timidamente, ficou para trás. Segundo especialistas, as instituições não têm um cenário favorável ao afrouxamento nos juros. O alívio no bolso ficará por conta do Banco Central (BC), que vem se movimentando para baixar linhas, como do cartão de crédito e do cheque especial.

Pesquisa feita pelo Projeções Broadcast com 49 analistas do mercado financeiro mostra que todas as estimativas apontam para manutenção da Selic em 6,50% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na quarta-feira. A Selic não é o único componente que os bancos analisam para

baixar as taxas. Mas, quando ela está em queda, é um indicativo da autoridade monetária de que o ambiente está favorável a possíveis reduções.

O rotativo do cartão de crédito, que é a taxa que mais pesa no bolso do consumidor, caiu graças, principalmente, à intervenção do BC, mas já aponta para uma certa estabilidade, assim como o crédito pessoal. A taxa do cheque especial, que caiu muito pouco, é a única que ainda pode ter reduções. A partir de julho, os clientes que utilizarem 15% do limite da conta por 30 dias devem ser direcionados para uma opção mais barata, segundo regras do próprio mercado. “Agora não dá para falar em queda de juros. O cenário mudou, o mundo mudou e as fragilidades do País estão cada vez mais evidentes: o risco Brasil e os juros do mercado futuro subiram e mostram que as taxas que vemos devem continuar assim”, diz Margarida Gutierrez, professora da UFRJ.

Além da manutenção da Selic, outro fator que dificulta as instituições a mexer em seus créditos é a disparada das taxas futuras de juros, que, grosso modo, refletem o valor do dinheiro lá na frente. Essas taxas são uma das referências analisadas para se chegar ao spread – diferença entre o custo do dinheiro para o banco (o quanto ele paga ao captar o recurso) e o quanto ele cobra do consumidor ao emprestar.

O spread, segundo o próprio BC, é composto majoritariamente pela inadimplência, seguida por despesas administrativas e tributos. Com a recuperação econômica ainda tímida e a queda do desemprego amparado pelo aumento de vagas informais, Gutierrez explica que a inadimplência deve continuar pesando no crédito. Uma medida que, segundo ela, poderia contribuir para reduzir o custo do crédito seria a aprovação do cadastro positivo, que aguarda análise da Câmara dos Deputados. O cadastro deixaria disponível para os bancos o histórico de bons pagadores.

Outro fator que não deixa as instituições confortáveis é a incerteza política, aponta a economista chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto. “Estamos a quatro meses das eleições e não temos candidatos. Toda essa incerteza dificulta qualquer perspectiva”, explica.

O cenário agora é de espera também para Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi). Segundo ele, os agentes do mercado estão observando a extensão da normalização das taxas de juros nos Estados Unidos e Europa e a percepção de risco no Brasil, que aumentou principalmente no último mês com a greve dos caminhoneiros. “Todo mundo quer entender os efeitos dessa crise externa e interna”, diz.

Turbulências suspenderam Tesouro Direto 29 vezes nos últimos 30 dias

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

Nos últimos 30 dias, o Tesouro Direto teve emoção digna de Bolsa de Valores. As turbulências, tanto no cenário externo como no interno, mexeram com os preços dos títulos a ponto de o Tesouro interromper as negociações da plataforma quase que diariamente. Nesse período, foram nada menos que 29 suspensões – preocupando investidores que precisavam resgatar recursos ou que simplesmente viam seus títulos se desvalorizarem.

As suspensões por volatilidade – o Tesouro pode interromper as negociações por outros motivos, como manutenção técnica – tiveram início no dia 17 de maio, depois de o Banco Central surpreender o mercado com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 6,5% ao ano. Logo depois veio a greve dos caminhoneiros, somada às tensões no mercado externo – que levaram à disparada do dólar.

Esse “pacote” piorou a percepção de risco do País e derrubou o preço dos títulos públicos prefixados e dos indexados à inflação. Diante da oscilação, o Tesouro Direto congela: suspende temporariamente as negociações.

Em maio e junho, essas “travas” foram recorrentes. Para efeito comparativo, em todo o ano de 2017, só houve interrupção de compra e venda de títulos por volatilidade em seis dias – sendo um deles no dia seguinte à divulgação da gravação de Joesley Batista, da JBS, dia em que o Tesouro nem abriu.

“As pessoas podem até ficar preocupadas, mas a suspensão é uma medida positiva para ajustar o preço e as taxas dos títulos. Ou seja: para que quem compre e venda o faça a um preço justo de mercado”, explica Fábio Macedo, gerente comercial da corretora Easynvest.

Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper, destaca também uma questão técnica. “Os preços do Tesouro Direto são atualizados só três vezes ao dia – às 9h30, 12h e 15h30 – , e não instantaneamente, conforme a oferta e demanda”, diz. “A suspensão é para evitar que ele compre caro demais, por exemplo.”

A preocupação do investidor com as suspensões recai principalmente sobre a liquidez diária, ou seja, a capacidade de transformar o investimento em dinheiro no bolso rapidamente – que é um dos principais chamarizes do Tesouro Direto (veja a cronologia).

“Independentemente de haver suspensão, após o fechamento do mercado, às 18 horas, o investidor sempre pode comprar ou resgatar”, explica Sergio Gesteira, gerente da mesa de operações do Tesouro Nacional. “A diferença é que a liquidação será feita no D+1, ou seja, no preço do dia seguinte.” Isso significa que a operação fica sujeita aos preços e taxas da abertura do

mercado no dia seguinte. Macedo, da Easynvest, lembra que o investidor também pode agendar as aplicações – embora também fique sujeito ao preço de abertura.

Gesteira, do Tesouro, destaca que, além dos fatos pontuais do último mês, a oscilação mais expressiva é característica de

ano eleitoral. “Uma das principais razões para volatilidade em qualquer mercado são incertezas. E este ano, de eleição, ninguém sabe quem vai ser o próximo governo”, diz.

‘Marcação a mercado’. Com a turbulência que faz o dólar disparar e a Bolsa cair chegando aos preços dos títulos públicos, o investidor muitas vezes se assusta. O Tesouro Prefixado 2025, por exemplo, teve desvalorização de 9,43% nos últimos 30 dias. Já o IPCA+ 2045 recuou 11,39% no período.

Esse tombo ocorre por causa da chamada marcação a mercado, que é a atualização, normalmente diária, do preço de um ativo de renda fixa ou da cota de um fundo de investimento. Esse mecanismo permite que o investidor saiba quanto receberia hoje se vendesse aquele título ou aquela cota – ou seja, com base na oferta e demanda por aquele papel, quanto o mercado está disposto a pagar por ele. Os títulos prefixados e os atrelados à inflação são os que sofrem marcação a mercado, sobretudo os de prazo mais longo. Já os títulos pós-fixados não, pois seguem a Selic diariamente.

No último mês, com a piora das expectativas, o preço dos papéis caiu – na contrapartida, para quem fosse comprar, pagavam uma taxa maior. Nesses casos, aconselham especialistas, o investidor deve evitar resgatar o papel, pois irá perder dinheiro.

“Vale lembrar, porém, que o título se desvalorizar não significa que o investidor vai ter prejuízo – só se ele vender o título”, explica Macedo, da Easynvest. Se o preço cair e o investidor seguir até o final do vencimento, explica, não sofrerá com a oscilação e terá exata rentabilidade acertada no momento da compra.

Brasil perde espaço entre ‘desafiantes’ globais **O Estado de S. Paulo - 18/06/2018**

A crise econômica e a opção de algumas companhias nacionais de concentrar esforços no mercado interno reduziram o espaço brasileiro na lista das empresas emergentes globais da consultoria americana Boston Consulting Group (BCG). No levantamento de 2018, o País soma nove empresas na pesquisa, que reúne negócios que têm potencial para um dia desafiar os líderes mundiais de seus setores. No estudo anterior, de 2016, 11 empresas nacionais foram classificadas.

Para fazer parte da lista de multinacionais de emergentes, uma empresa precisa ter receita de US\$ 1 bilhão ou mais, empregar mil ou mais funcionários e arrecadar parcela significativa de seu faturamento no exterior, com ambições

de expansão futura. Para escolher as companhias em ascensão, o BCG estuda o resultado de médio prazo, considerando um período de três a cinco anos.

Ser considerada uma desafiante global é um passo para, no futuro, atingir o nível de líder mundial. Entre as companhias sediadas no Brasil, só a mineradora Vale e a indústria de carnes JBS estão nesse grupo. A Ambev não é computada como brasileira, uma vez que faz parte da AB InBev.

Entra e sai. A “dança das cadeiras” em relação há dois anos se deu com a saída de quatro companhias brasileiras e a entrada de duas. Entre as que estavam na lista de 2016 e ficaram de fora da atual estão grandes empresas industriais brasileiras, como Braskem, Marcopolo, Tigre e Petrobrás. Segundo o diretor do BCG, Otávio Dantas, a saída de duas companhias reflete a crise do mercado interno – Tigre e Marcopolo tiveram seus resultados afetados pelo fraco desempenho dos setores imobiliário e de caminhões, respectivamente.

No caso da Petrobrás, além dos resultados ruins no período analisado, pesou também o programa de venda de ativos da empresa. Nesse processo, comandado por Pedro Parente, que deixou a presidência da estatal em 1.º de junho, a petrolífera se desfez de vários ativos no exterior. “Basicamente, a Petrobrás decidiu ser uma empresa voltada para o mercado interno”, diz Dantas.

Já a justificativa para a saída da Braskem, segundo o BCG, foi a perda de competitividade de suas duas controladoras: a Odebrecht e a Petrobrás, ambas envolvidas na Operação Lava Jato. Na semana passada, a Odebrecht anunciou que negocia a petroquímica com o grupo holandês LyondellBasell. Caso uma união venha a ocorrer, a companhia resultante deverá ser a líder mundial do setor petroquímico.

Além das sete empresas que conseguiram permanecer na lista – BRF, Embraer, Gerdau, Iochpe-Maxion, Natura, Votorantim e Weg –, duas companhias foram promovidas: a Alpargatas e a Cielo. Segundo a consultoria, a Cielo foi escolhida por se destacar no competitivo cenário de pagamentos, enquanto a dona da Havaianas pela primeira vez é computada como companhia independente. Em levantamentos anteriores, havia aparecido dentro do “pacote” de duas de suas antigas controladoras, a Camargo Corrêa e a J&F (dona da JBS).

O projeto internacional da Alpargatas, segundo o presidente da empresa, Márcio Utsch, começou a ganhar relevância há pouco mais de dez anos – em 2005, por exemplo, a receita da empresa em moeda estrangeira era de apenas 3% do faturamento total. Com o trabalho feito desde então, essa proporção agora está perto de 40%. Utsch diz que as ambições globais do negócio continuam a crescer. No fim do ano passado, por exemplo, a empresa firmou uma parceria para atuar no mercado indiano, onde tem 1,25 bilhão de potenciais clientes.

Resposta. Questionada, a Petrobrás disse, em comunicado, que vem “atuando de forma mais seletiva e priorizando investimentos em projetos mais rentáveis”. A companhia também afirmou que pretende ampliar sua produção – de 2,7 milhões para 3,5 milhões de barris por ano, até 2022 – e hoje tem como principal métrica financeira a redução de seu endividamento. A partir do cumprimento desses objetivos, a Petrobrás diz que vai reavaliar sua estratégia de atuação internacional.

Procuradas, a Tigre, a Marcopolo e a Braskem não quiseram comentar o assunto.

Investimentos sob suspeita

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

O FI-FGTS (Fundo de Investimentos do FGTS), foi criado em 2007, no governo Lula, com o objetivo anunciado de ampliar os aportes em infraestrutura. E entrou de vez na mira da Lava Jato após a prisão de Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa, que participava do comitê que decidia os investimentos do fundo e é apontado como ligado ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. Cleto revelou um esquema de propina para a liberação de recursos do fundo. Além dele, Roberto Madoglio, ex-superintendente de Fundos de Investimento Especiais da Caixa, também assinou acordo de colaboração e admitiu ter recebido propina para atuar em ao menos sete aportes do fundo.

O fundo chegou a registrar rentabilidade negativa em 2015, resultado decorrente dos prejuízos do colapso da Sete Brasil, criada para construir e administrar os navios sondas do pré-sal.

O FI-FGTS chegou a ter mais de um terço do total do patrimônio líquido aplicado em companhias envolvidas no escândalo. Estão na lista a Odebrecht Transport e a Odebrecht Ambiental, empresas de capital fechado do Grupo Odebrecht, além da OAS Óleo e Gás e da CCR (concessionária de rodovias dos grupos Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa).

Atualmente, R\$ 4,8 bilhões dos R\$ 24 bilhões investidos estão relacionados a empresas ou grupos investigados pela Justiça, segundo observação de auditoria independente publicada no balanço do fundo.

Após Lava Jato, FI-FGTS mudará forma de investir

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

Com 15% da carteira de R\$ 31,8 bilhões do FI-FGTS investidos em grupos investigados pela Justiça por práticas de corrupção, a Caixa vai propor a reformulação do processo de investimento nas companhias que recebem aportes do fundo, que usa parte do dinheiro dos trabalhadores. A ideia é buscar apenas aplicações no mercado de capitais, com mais regulação e mais transparência.

Com R\$ 7 bilhões em caixa para investir em saneamento, aeroportos, hidrovias, ferrovias, portos, rodovias e energia neste ano, o fundo não libera nenhum centavo desde 2017, depois de se tornar foco da Operação Lava Jato.

No novo modelo, serão adquiridos apenas papéis registrados na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), limitados em até 25% da emissão feita pela empresa. A reformulação do modus operandi da alocação dos recursos precisa ser aprovada pelo conselho curador do FGTS e a meta é que o novo modelo seja totalmente implantado para a escolha de novos investimentos até o final deste ano.

Para o vice-presidente de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros da Caixa, Flávio Arakaki, a reformulação acaba com a figura do intermediário, que se colocava como aquele que podia facilitar ou complicar a vida das empresas que têm interesse nos recursos. “O fundo não pode ser uma singularidade no mercado, pois idiossincrasias geram distorções de todos os tipos. O modelo de atuação tem de estar parecido com o do mercado e o mais impessoal possível”, afirma Arakaki. “As condições e o cronograma da emissão serão estabelecidos através de oferta pública, de forma equânime e transparente para todos os investidores interessados.”

Antes, a Caixa – que administra o fundo, criado no governo Lula para investimentos em projetos de infraestrutura – selecionava as propostas, fazia uma análise prévia e apresentava os projetos para o comitê de investimento, formado por representantes do governo, dos trabalhadores e de confederações patronais. Com o primeiro aval do órgão, a Caixa estruturava a operação para ser novamente submetida ao órgão.

Em 2017, isso já mudou. O banco aderiu à chamada pública para definir quem recebe os recursos. O chamamento público estabelece critérios impessoais e transparentes para a seleção dos projetos. No entanto, não há necessidade de todas as operações serem realizadas em Bolsa. As mudanças tornam mais difícil o favorecimento de empresas com acesso direto a executivos da Caixa ou a políticos que costumam fazer indicações para os cargos de chefia no banco e no comitê de investimento que administra os recursos do fundo.

Transparência. Já que vão ocorrer pela Bolsa e pela CVM, as negociações poderão ser acompanhadas por qualquer interessado e será possível ver a rentabilidade de cada investimento a qualquer momento, uma vez que estará diariamente marcado a mercado (o preço reflete a taxa de juros que ele deve auferir a partir do instante de consulta até o vencimento). Isso não é possível no modelo atual, que permite ao fundo entrar como sócio – com até 40% do valor do negócio ou R\$ 1 bilhão – até mesmo em empresas de capital fechado.

“Como todas as operações serão feitas em mercado público, haverá como se confrontar as informações divulgadas pelo fundo”, afirma Arakaki. A Caixa também criará um portal de transparência chamado Radar FI-FGTS para colocar informações sobre os investimentos, além das exigidas pela lei.

O consultor de infraestrutura Claudio Frischtak, da Inter.B, considera esse o ponto positivo do novo modelo, diferentemente da forma como são aplicados os recursos atualmente, sem que seja possível acompanhar o retorno de cada ativo. “O mercado dá transparência, ainda que tenha distorções”, afirma. “É preciso mudar, porque o modelo atual acabou favorecendo esses atos de corrupção. Ainda que não esteja acontecendo nada agora, ninguém garante que as mesmas práticas não continuem no futuro”, diz.

Para Frischtak, a gestão do FIFGTS deveria ser dada a instituições privadas, que concorreriam em uma licitação para administrar a carteira. “Os trabalhadores precisam ter um retorno razoável e a garantia que os recursos serão aplicados da melhor forma possível”, afirma.

Além de financiar projetos de infraestrutura, o FI-FGTS foi criado também com o objetivo de melhorar a rentabilidade do FGTS (de 3% ao ano mais a Taxa Referencial – TR). Pelas regras do fundo, a rentabilidade de referência é de 6% ao ano, mais a TR. A rentabilidade prévia do ano passado é de 6,7%, mas o resultado consolidado ainda não foi fechado.

“Como todas as operações serão feitas em mercado público, haverá como se confrontar as informações divulgadas pelo fundo.” Flávio Arakaki

VICE-PRESIDENTE DA CAIXA

Guardia teme que reforma tributária nos EUA afete competitividade no Brasil

Valor Econômico - 18/06/2018

Em reuniões com investidores realizadas na semana passada por meio de teleconferências, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, externou preocupação com o impacto da reforma tributária americana, que reduziu a tributação sobre as empresas daquele país, sobre a competitividade das companhias instaladas no Brasil.

O Valor apurou que, sem ter sido provocado sobre o tema, ele indicou que reconhece a necessidade de o Brasil buscar fazer um alinhamento com as práticas internacionais nessa questão, mas apontou que o problema é que o país tem que fazer movimento sem reduzir a carga tributária. O motivo é que o déficit fiscal brasileiro é muito alto e assim deve continuar, de forma que simplesmente reduzir a carga de impostos não é uma alternativa.

Nesta semana, está prevista a ida de uma equipe da Receita Federal aos Estados Unidos para uma reunião com representantes do Tesouro americano com objetivo de entender melhor a reforma tributária feita por lá. Há possibilidade de Guardia também participar do encontro. As mudanças feitas pelo governo de Donald Trump reduziram para 20% o Imposto de Renda das

empresas e o movimento tem sido seguido por outros países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Por ora, a Fazenda não tem apresentado soluções ao problema, embora esteja pressionando o Congresso por medidas tributárias que dariam algum espaço fiscal para o governo agir, como a tributação dos fundos de investimento exclusivos. O diretor do centro de cidadania fiscal e ex-secretário de política econômica do ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse ao Valor que a preocupação externada pelo ministro se justifica, não só pelo que ocorreu nos Estados Unidos, como também porque se trata de uma tendência mundial de redução na tributação sobre o lucro das empresas. "Nesse contexto, o risco é mesmo o Brasil se tornar menos atrativo para os investidores", disse.

Appy explicou que o problema para a competitividade das empresas instaladas no país não se limita à diferença de alíquotas sobre o lucro das empresas. Também ocorre, de forma indireta, por questões como diferenças de metodologia de tratamento das empresas transnacionais e suas coligadas e controladas no exterior.

Enquanto o Brasil dá tratamento "universal" a esses grupos econômicos, cobrando o imposto sobre o todo o grupo pelo critério de competência e compensando eventuais diferenças entre os países, os Estados Unidos passaram a seguir o modelo que hoje tornou-se mais comum no mundo, de tratamento em bases territoriais.

Neste sistema de base territorial só há cobrança de imposto no país no qual a empresa está instalada, sem compensação da diferença pelo Fisco do país em que na matriz.

"Esse modelo brasileiro gera estímulo para que as empresas tirem suas sedes do Brasil e mantenham aqui apenas subsidiárias. São questões preocupantes se o país quer ser um polo de investimentos e quer que suas empresas sejam competitivas no exterior", disse o economista.

Para Appy, que também faz parte de um grupo criado pela Câmara dos Deputados para discutir exatamente esse tema da tributação sobre o lucro das empresas, é possível rever o modelo tributário no Brasil de forma a garantir a competitividade do ambiente de negócios sem perda de arrecadação. Ele explicou que há muitas distorções no sistema brasileiro, como a "pejotização", que leva à subtributação da renda de pessoas mais ricas, e o excesso de renúncias fiscais.

"Uma forma de compensar perdas é atuar para aumentar a base tributária", disse Appy. Nesse sentido, ele também ressaltou que o Brasil tem distorções tão grandes que há espaço para se trabalhar mudanças no sistema tributário e conseguir ao mesmo tempo tornar o ambiente mais amigável e competitivo para as empresas, não perder arrecadação e ainda avançar na questão da progressividade do sistema brasileiro, melhorando a distribuição de renda do país.

Economia obtida com demissões por acordo pode superar R\$ 400 milhões

Valor Econômico - 18/06/2018

As demissões acordadas entre empregador e empregado permitiram que empresas economizassem até R\$ 157,4 milhões nos primeiros seis meses de existência, revela levantamento exclusivo do Valor com base nos microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A economia vem dos menores valores pagos como aviso prévio e multa do Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS).

Já a União pode ter economizado ainda mais recursos, R\$ 255,3 milhões, por conta do Seguro Desemprego. Esse é o cenário máximo. No cenário mínimo, a economia é de R\$ 226,1 milhões. O número de parcelas que um trabalhador receberia depende de alguns fatores, como o tempo em que estava trabalhando na empresa e se já recebeu o benefício anteriormente.

A demissão por acordo foi criada com a reforma trabalhista e permite que as empresas e empregados decidam de comum acordo terminar o contrato de serviço. Nesse cenário, a multa do FGTS e o aviso prévio são divididos pela metade.

A análise dos dados garimpados pelo Valor revela que esse tipo de acordo tem sido buscado primariamente por pessoas com salário médio mais alto do que os que deixaram seus empregos e com mais tempo de contrato. Entre os demitidos por acordo, a média de tempo de serviço é de 44,7 meses. Já entre os demais, a média é de 23,25 meses. Já o salário médio é de R\$ 2.100,22 para os que saem com um acordo e de R\$ 1.653,89 para os que não fizeram acordos.

"Quem ganha menos já roda naturalmente [o mercado de trabalho]. A tendência de ter acordo para salários e tempo médio maiores é de quem não procurava mudança e passou a ter um instrumento para fazer isso", explicou o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

Isso porque, de acordo com ele, a situação anterior criava um cenário em que não era vantajoso para o trabalhador sair sem ser demitido, especialmente se ele já tinha muito tempo de casa. Assim, ele preferia ficar no emprego mesmo querendo sair. "Esse é o tipo de acordo que tende a ser proposto pelo trabalhador, mas a empresa pode propor também. É razoável supor que seja em setores médios, até gerência, trabalhadores desse nível", prossegue.

Ao todo, foram feitos 52,9 mil acordos desde novembro, quando a medida entrou em vigor. O início foi tímido, já que era uma novidade no mercado de trabalho brasileiro. Em novembro, foram 805 acordos, que pularam para 5,8 mil em dezembro e 9,4 mil em janeiro deste ano. O maior número foi observado

em março, com 13,5 mil acordos. O número caiu para 12,3 mil em abril, último mês com dados disponíveis.

"Não acho que vai ter explosão desse tipo de iniciativa", opina Ganz Lúcio. "O acordo é para o trabalhador que olha para o mercado de trabalho e vê uma alternativa", explica. Assim, o cenário atual não estimularia os acordos. "Seria diferente se fosse em 2013, com mercado de trabalho forte. Em um cenário desses, a tendência é aumentar", projeta.

Receita dos municípios recua ao nível de 2012

Valor Econômico - 18/06/2018

As receitas dos municípios brasileiros regrediram em 2017 em cinco anos, ficando no ano passado R\$ 561,6 bilhões, praticamente o mesmo valor registrado em 2012 (R\$ 560,9 bilhões), em valores corrigidos pela inflação. Os dados constam no balanço realizado pelo portal Compara Brasil, obtido pelo Valor.

Em relação a 2016, o montante manteve-se estável, com variação de 0,5%, desconsiderando os recursos extraordinários repassados pela Lei da Repatriação. As receitas correntes, que representaram 97,5% das receitas totais, atingiram R\$ 548,8 bilhões, em 2017, valor 2,5% maior ao de 2016, igualmente desconsiderando a repatriação.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União e do qual várias cidades dependem fortemente, totalizou quase R\$ 97 bilhões, valor 5,6% maior do que em 2016, igualmente sem contar os R\$ 11,4 bilhões da Repatriação. Na comparação, o resultado reflete os baixos níveis transferidos em 2016 (R\$ 91,8 bilhões), valor menor do que o registrado em 2011 (R\$ 97 bilhões).

Os governos estaduais repassaram aos municípios R\$ 106 bilhões por conta do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o equivalente ao registrado em 2010, aponta o levantamento.

Dos tributos municipais, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foi o que registrou melhor desempenho, com um aumento de 7,6% na arrecadação, chegando a R\$ 34,5 bilhões, ante R\$ 32 bilhões em 2016. A arrecadação do Imposto Sobre Serviço (ISS) foi de R\$ 54,8 bilhões, resultado apenas 0,7% acima do ano anterior, mas animador após dois anos de queda.

O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que também vinha de quedas consecutivas, obteve um aumento de 1,8%, com sua arrecadação totalizando R\$ 9,9 bilhões.

Apesar de ter um pequeno peso na receita total, o recuo real de 43% das receitas de capital puxou para baixo os resultados de 2017, mostram os dados recolhidos pelo Compara Brasil. Dentro deste grupo, as transferências de capital destinadas pela União e Estados aos municípios aplicarem em

investimentos, da ordem de R\$ 7,8 bilhões, recuaram 37%. As operações de crédito, outro item das receitas de capital, foram de R\$ 4 bilhões, valor 47% menor em relação ao ano anterior.

Tal cenário nas receitas se refletiu no nível de investimentos, que em 2017 foi de R\$ 27 bilhões, segundo menor valor registrado desde 2002 e 37% abaixo do registrado em 2016.

Nas despesas, o gasto com pessoal aumentou 2,5% em 2017 (R\$ 282 bilhões). O comprometimento da receita corrente com o funcionalismo se manteve no nível mesmo de 2016, ou seja, de 50%.

Na saúde, o dispêndio aumentou em 0,9%, somando cerca de R\$ 140,1 bilhões. O Compara Brasil lembra que isso ocorreu apesar do recuo de 3% dos recursos vindos dos demais níveis de governo para financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já na educação houve uma queda de 0,7%, no mesmo período, com injeção de R\$ 152,5 bilhões na área.

A análise do portal Compara Brasil baseia-se em uma amostra de 68% dos municípios para os dados da receita; de 74% para dados da despesa por categoria econômica; e de 77% para os dados da despesa por função.

Falta de crédito trava retomada da construção

Valor Econômico - 18/06/2018

Sem crédito para a produção e com sucessivos aumentos dos preços dos insumos, a indústria da construção civil deve continuar estagnada neste ano. "Não vai ter crescimento", disse o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Se os gargalos que impedem a expansão da atividade do setor forem superados a tempo, no melhor dos cenários, ele estima que a construção, que teve contração de 5% em 2017, pode vir a registrar um crescimento de 0,5%.

A construção civil depende de crédito para financiar os investimentos e, também, de segurança jurídica. Atualmente, segundo Martins, ela está carente dos três. Mesmo quando a economia dava sinais de crescimento, os indicadores do IBGE para o setor não eram os mais promissores. No primeiro trimestre de 2018, enquanto o país cresceu 0,4% a construção recuou 0,6%. A esse quadro somam-se as incertezas políticas decorrentes das eleições, desestimulando ainda mais novos investimentos.

As restrições fiscais levaram a uma substancial queda dos investimentos públicos. No caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), substituído pelo Avançar, o recuo é gritante: dos R\$ 64 bilhões executados em 2014, o orçamento para 2019 aloca somente R\$ 17 bilhões. A solução é o investimento privado mas, para estimulá-lo o governo teria que assegurar que vai conseguir quitar suas contas no futuro. Segundo Martins, é fundamental

que o presidente que vier a ser eleito em outubro se comprometa com a aprovação da reforma da Previdência Social, primeiro passo para recuperar as finanças públicas.

A ausência de segurança jurídica é mais um constrangimento que, combinado à retração dos investimentos e a escassez de crédito, estrangulam a construção civil.

O distrato, cujo projeto foi aprovado na Câmara e aguarda votação do Senado, e o aumento dos preços do asfalto são alguns dos aspectos da insegurança que dificultam a reação do setor. O asfalto, por exemplo, representa cerca de 40% do custo das obras e os reajustes mensais este ano já somam quase 50%, enquanto que os contratos da construção só podem ser reajustados uma vez por ano.

Esse é o caso, por exemplo, dos contratos firmados entre as empresas e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), para obras de manutenção e extensão de rodovias. Martins avalia que as construtoras não terão como absorver esse impacto. "A Petrobras ", disse ele, "está fechada ao diálogo".

A greve dos caminhoneiros gerou prejuízo superior a R\$ 3 bilhões, segundo cálculos da CBIC. O tabelamento do frete é um desdobramento da greve que também trará efeitos negativos para o setor.

O aumento dos preços de importantes insumos da construção foi um dos temas de reunião entre Martins e o presidente Michel Temer na segunda-feira. Segundo Martins, Temer disse que a equipe econômica vai avaliar a situação.

Para tentar superar a restrição ao crédito, ele informou que propôs ao Banco Central uma revisão dos instrumentos que podem ser utilizados pelas instituições financeiras para atestar o cumprimento das exigibilidades de aplicação no mercado imobiliário. Pelas regras atuais, os bancos estão obrigados a aplicar 65% dos recursos da caderneta de poupança em financiamentos habitacionais. Dos 65%, 80% devem ser direcionados em operações do Sistema Financeiro de Habitação, que opera com imóveis com valor de até R\$ 750 mil.

Para cumprir o percentual de 65%, as instituições financeiras podem considerar, por exemplo, créditos do Fundo de Compensação da Variação Salarial (FCVS) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Na avaliação de Martins, isso diminui a disponibilidade de recursos para o setor de habitação.

Em recessão há 15 trimestres, a indústria da construção civil é um dos setores da economia que pode gerar rapidamente emprego e, portanto, renda. Para isso, o governo deveria destravar e acelerar os projetos de concessão.

Pior da crise ficou para trás, mas a recuperação do setor ainda é incerta

Valor Econômico - 18/06/2018

A construção entrou no segundo trimestre com algum alívio após a crise aguda dos últimos quatro anos. Dados melhores de confiança, emprego e investimento confirmam que o pior ficou para trás. A dúvida entre os analistas é se, em meio à percepção crescente de atividade econômica mais fraca, a trajetória de recuperação do setor vai ter força para continuar.

Levantamento do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), obtido com exclusividade pelo Valor, dá a dimensão desse movimento. De abril do ano passado ao mesmo mês deste ano, o setor reduziu o saldo negativo de empregos formais de 431,5 mil vagas para 58,1 mil, considerando o acumulado em 12 meses. Em termos de estoque, foi retomado o nível de 2009, com 2,3 milhões de empregos, mas ainda abaixo do pico de 3,6 milhões registrado no segundo semestre de 2014.

Mesmo nos dados mensais, o cenário é de abrandamento. De janeiro a abril, foram abertas 40,8 mil vagas no setor, contra fechamento de 26,2 mil em igual período do ano passado, considerando os dados sem ajuste. Quando é aplicada a dessazonalização, há saldo negativo de 15,6 mil empregos no período, ou seja, contratou-se menos do que é o padrão para os quatro primeiros meses do ano. Um ano antes, porém, o rombo era de 84,8 mil postos de trabalho.

"Temos muitos dados sinalizando a recuperação não só pela redução do total de demitidos, mas também pelos indicadores antecedentes, como as sondagens, que mostram claramente uma melhora da percepção dos empresários", diz a coordenadora de projetos da construção da Fundação Getulio Vargas, Ana Maria Castelo.

A pesquisadora é a responsável pelo levantamento do Sinduscon-SP, que utiliza microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) para formar um cenário mais amplo da construção, incluindo obras residenciais, comerciais e de infraestrutura, além de segmentos considerados antecedentes, como projetos de arquitetura e engenharia.

Ana Maria destaca o resultado do índice de confiança da construção, também da FGV, cujo subindicador do segmento residencial avançou um ponto em maio ante abril e 10,2 pontos na comparação interanual, acima da alta de 8,3 pontos do dado geral. Em média, o indicador de confiança dos empresários tem apresentado desempenho irregular na análise mensal, mas está hoje cerca de dez pontos acima do nível registrado há um ano.

"O que já aconteceu neste início de ano deve garantir alguma melhora no segmento de edificações residenciais. Daí para frente, o desempenho vai

dependem do que vai acontecer com a economia e o sentimento de incerteza com o cenário eleitoral", diz a pesquisadora.

De março para abril, por exemplo, das 17.030 vagas criadas na construção, na série sem ajuste, praticamente dois terços ficaram com os subsegmentos imobiliário (que engloba edificações) e de infraestrutura (obras em estradas e de saneamento). "Como estamos em ano eleitoral, existe uma série de obras públicas que podem estar ajudando a manter o nível de emprego", diz o presidente do Sinduscon-SP, José Romeu Ferraz Neto.

No acumulado em 12 meses, porém, apenas o segmento de projetos de engenharia e arquitetura mantém o saldo positivo, com criação de 6,4 mil empregos. "Existe uma movimentação nesta parte de projetos, mas isso não necessariamente vira atividade no futuro", diz Ferraz Neto.

Os investimentos também tiveram um respiro após anos no negativo. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra alta de 1,1% na formação bruta de capital fixo (FBCF) da construção civil em abril, colaborando para alta de 0,9% no acumulado do ano. Em 12 meses, ainda há recuo de 2,3%, mas o resultado era negativo em 8,6% um ano atrás.

"O cenário com base na trajetória do indicador de investimento é de recuperação muito lenta e gradual. O setor de construção foi um dos mais afetados pela recessão, que envolve uma necessidade de financiamento tanto pela oferta como pela demanda", afirma Leonardo Carvalho, técnico de pesquisa e economista do Ipea.

Para Carvalho, porém, a incerteza sobre a eleição presidencial e o setor externo mais negativo, com a recente pressão na taxa de câmbio, jogam contra a recuperação do setor. "Não vejo uma melhora muito acima do que se viu até agora", diz. A paralisação dos caminhoneiros não deve ter impacto relevante na construção, um setor de ciclo longo de produção, avalia Ana Maria. Contudo, se a contaminação das expectativas se prolongar, levando a recuperação ainda mais lenta da atividade, a retomada do setor pode ficar para depois.

Também há indicações positivas em dados de comercialização e novos empreendimentos. No primeiro trimestre, os lançamentos e vendas de imóveis subiram 7,4% e 14,2%, respectivamente, ante igual período do ano passado, segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), que abriga 20 incorporadoras. O destaque é o programa Minha Casa, Minha Vida, com alta de 22,9% nas vendas nas faixas 2 e 3, enquanto o segmento de médio e alto padrão mostrou queda de 1,7%.

"Nas faixas 2,3 e 4 do Minha Casa, Minha Vida, as empresas estão acreditando que podem entrar e é um canal onde podem conseguir terreno barato. Agora, no médio e alto padrão, só têm saído empreendimentos de nicho, como os de altíssimo padrão ou para estudantes. Para a classe média típica, nada", diz João da Rocha Lima Jr., coordenador do Núcleo de Real Estate da USP e sócio da consultoria Unitas.

A forte crise do setor também deixou cicatrizes nas principais construtoras e incorporadoras. Dados da Abrainc mostram que os distratos representaram 31,6% das vendas no primeiro trimestre, queda de 11,3 pontos ante 2017. Entre os imóveis de alto padrão, porém, a proporção ainda é elevada, de 37,4%, contra 16,6% no Minha Casa, Minha Vida. "Algumas empresas se recuperaram relativamente dos distratos, mas não têm a mesma capacidade de investir como antes", destaca Rocha Lima.

Fabricantes de materiais reduzem ritmo de demissões

Valor Econômico - 18/06/2018

Levantamento realizado pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) aponta que as fabricantes do setor estão demitindo menos. Nos 12 meses encerrados em maio, houve queda de 2,6% do número de empregos da indústria de materiais, ante a média móvel anterior. Nos 12 meses até maio de 2017, a retração havia sido de 7,9%.

Segundo a Abramat, a desaceleração da queda resulta da melhora das vendas de materiais de construção para o varejo, devido ao aumento da demanda de produtos para reformas.

O movimento é observado tanto em materiais de base quanto de acabamento. No segmento de base, o número de empregos foi reduzido em 2,8% nos 12 meses até maio, ante a queda de 8,1% na média móvel anterior. Nos mesmos parâmetros de comparação, houve retração de 2,2% até maio nos postos de trabalho do segmento de acabamento, ante o recuo anterior de 7,4%. Isoladamente, os dados consolidados de maio apontam estabilidade em relação a abril e queda de 0,6% ante maio do ano passado, segundo a Abramat.

No setor de incorporação, dentre as empresas que responderam à consulta feita pelo Valor, houve relatos de manutenção e de aumento do nível de emprego nos últimos meses, assim como de projeções de crescimento. A Trisul elevou em 70% as contratações de janeiro a maio, na comparação anual. O maior número de canteiros de obras da Trisul em decorrência do crescimento de lançamentos explica o aumento.

A RNI Negócios Imobiliários (antiga Rodobens) manteve o número de postos de trabalho desde janeiro. A HM Engenharia - incorporadora do grupo Camargo Corrêa - reduziu o quadro de funcionários de 1.200 para 1.030 trabalhadores no primeiro semestre, devido à conclusão de obras. Com o início de novos empreendimentos, a HM pretende contratar no segundo semestre, chegando a 1.500 funcionários no fim de 2018.

A Helbor informou que tinha 243 funcionários em dezembro e que fechou maio com 264. Em nota, a Tenda afirma que as contratações vêm acompanhando o ritmo de crescimento das obras nos últimos meses. "Esse aumento é reflexo da expansão dentro das atuais operações", diz a companhia.

O setor de incorporação começou o ano com expectativa de crescimento de lançamentos e vendas em relação a 2017, mas imprevistos na cidade de São Paulo - maior mercado imobiliário do país - postergaram a apresentação de projetos no primeiro semestre. A principal razão para isso foi a suspensão, por quase três meses, do direito de que projetos protocolados antes da aprovação da nova Lei de Zoneamento seguissem as regras anteriores.

Até meados de maio, o setor vinha reportando crescimento de vendas, mas a demanda por imóveis foi afetada pela greve dos caminhoneiros, com redução do movimento de visitação aos estandes e queda das propostas de vendas no período da paralisação. Neste mês, a procura tende a ser prejudicada pela Copa do Mundo. Resta saber qual será o impacto desses fatores e da proximidade das eleições na tomada de decisão dos consumidores.

Por enquanto, a entidade que representa a indústria de materiais mantém projeção de alta de 1,5% neste ano no crescimento do faturamento deflacionado do setor. Pode ser necessário, porém, rever a estimativa devido aos lançamentos imobiliários abaixo do esperado no primeiro semestre em São Paulo, à piora do cenário macroeconômico, às reduções de estimativas de crescimento do PIB e às vendas de materiais abaixo dos volumes esperados em maio.

Projeto que endurece indicação em agência pode ficar para 2019

Valor Econômico - 18/06/2018

A demora na tramitação do Projeto de Lei 6.621/16, que atualiza o funcionamento das agências reguladoras, pode acabar inviabilizando a aprovação da matéria este ano. Com feriados, jogos da seleção brasileira e o início do calendário eleitoral pela frente, cresce a possibilidade de os parlamentares não referendarem o projeto, que já ficou um ano e meio parado na Câmara.

No último dia 8, a comissão instalada para avaliar a matéria adiou o julgamento do texto. O relator, Danilo Forte (PSDBCE), apresentou um projeto substitutivo. O prazo para apresentação de emendas a essa versão termina esta semana, quando será aberto um novo período, dessa vez para pedidos de vistas.

No meio do caminho há o feriado de São João e o jogo da seleção contra a Sérvia, no dia 27. Após a aprovação pelos deputados, a matéria ainda volta ao Senado, onde as alterações sugeridas pela Câmara serão avaliadas.

Enquanto isso, caciques políticos seguem atuando forte na indicação de aliados para as diretorias das agências reguladoras. Esse apadrinhamento é um dos principais pontos atacados pelo projeto de lei, que contém várias exigências para as nomeações.

Na mesma semana em que a Câmara apresentou o substitutivo, o Senado aprovou a indicação do advogado Rogério Scarabel para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Além de críticas relacionadas a supostas ligações de Scarabel com hospitais privados, a indicação foi diretamente relacionada ao presidente do Senado Eunício Oliveira (MDB-CE), que nega o apadrinhamento.

Eunício, no entanto, já colocou outros diretores em autarquias. O principal exemplo é Ricardo Fenelon Júnior, genro do senador e diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Apesar da atuação elogiada no setor, Fenelon é alvo de críticas por conta das ligações familiares.

Caciques do MDB tem demonstrado ultimamente um esforço concentrado no preenchimento das vagas disponíveis na direção dos órgãos reguladores. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por exemplo, será integralmente reformada no governo do presidente Michel Temer, que já indicou três dos cinco diretores e ainda terá tempo suficiente de escolher os outros dois.

Outro filão disponível é a recém-criada Agência Nacional de Mineração (ANM), que oferece quatro vagas. Também haverá cadeiras disponíveis na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na Agência Nacional do Cinema (Ancine) e outra na ANS.

O texto substitutivo da Câmara fez algumas alterações nos critérios para indicação dos diretores, que será feita a partir de uma lista tríplice. Os deputados reduziram de dez para cinco anos o tempo de experiência exigido dos postulantes no setor de atuação da agência. A justificativa do relator foi de não "restringir demais o universo de candidatos".

A Câmara também derrubou o veto à indicação de pessoas que tenham atuado, nos 12 meses anteriores, em instâncias decisórias partidos políticos. "Desde que o indivíduo tenha notório saber na área, impedi-lo de integrar um conselho diretor por contribuir na vida partidária me parece descabido", argumenta o relator.

Spread e tecnologia levam bancos a nova fase de corte de custos

Valor Econômico - 18/06/2018

Os grandes bancos brasileiros têm índices de eficiência que os colocam entre os melhores do mundo nesse quesito, mas os spreads altos praticados no país dão um empurrãozinho para isso ao sustentar uma estrutura pesada de custos operacionais. Agora, com as margens das operações de crédito em queda - ainda que em ritmo lento -, as instituições atravessam uma nova rodada de revisão de despesas.

A onda atual é amplamente baseada em tecnologia, principalmente em processos da porta para dentro. Inteligência artificial, "machine learning" e

sistemas baseados em nuvem têm entrado em cena tanto para tornar a estrutura mais leve quanto para aprimorar modelos de análise de crédito e prestação de serviços.

"Há um esforço grande para acabar com o papel nos processos bancários. O sonho de consumo é contratar tudo de forma digital", diz André Cano, vice-presidente do Bradesco. A expectativa dele é que a maioria dos trâmites de atendimento seja digitalizada nos próximos dois anos.

Também se vê um processo de abertura de agências digitais, que com o tempo devem substituir as físicas. Mas isso ainda não ocorre de forma acelerada.

Não que o binômio fechamento de agências e demissões esteja fora do radar. Mas é muito mais consequência da transformação tecnológica e não o mote dos programas de melhoria de produtividade, diferentemente do que se viu em outros momentos. Nesse caso, a exceção fica por conta dos bancos estatais, que fizeram programas de enxugamento nos últimos anos.

O caminho é longo, porém. Estudo da Roland Berger afirma que os bancos brasileiros ainda carregam ineficiências e poderiam economizar de R\$ 50 bilhões a R\$ 100 bilhões por ano a partir de uma ampla revisão de processos. "Em muitos aspectos, ainda se faz banco no Brasil como se fazia nos anos 70", diz Antônio Bernardo, presidente da consultoria alemã.

O levantamento, obtido pelo Valor, mostra que as grandes instituições financeiras do país são até mais eficientes que pares internacionais pela métrica tradicional, quando se comparam despesas e receitas operacionais. Sob esse critério, o índice de eficiência dos cinco maiores bancos brasileiros está entre 40% (Santander) e 50,6% (Caixa). Enquanto isso, os europeus ficam em média com 62,1% e os americanos, com 59,6%. Quanto menor o percentual, maior a eficiência. Índices abaixo de 50% são considerados bons.

No entanto, para a Roland Berger, trata-se de uma falsa sensação de eficiência, camuflada pelos altos spreads - diferença entre a taxa de captação e a cobrada nos juros dos financiamentos - praticados no país. Como a margem financeira dos bancos brasileiros é elevada, é possível acomodar um volume grande de despesas e ainda assim apresentar um bom indicador. "Basta olhar para sua própria experiência para ver que os bancos não são tão eficientes assim", afirma Wander Azevedo, diretor da área de instituições financeiras da consultoria.

Para eliminar o efeito da margem financeira no indicador, o estudo propõe um cálculo alternativo da eficiência bancária, que adota a relação entre despesas e ativos totais. Nesse caso, o desempenho dos brasileiros é bem pior que o dos americanos e, especialmente, dos europeus. Entre os cinco grandes do país, o indicador varia entre 2,8% (Banco do Brasil) e 3,6% (Bradesco). A média é de 1,5% para os bancos da Europa e de 2,5% para as instituições dos Estados Unidos.

O indicador alternativo deve ser visto levando-se em conta que há diferenças na estrutura de capital das instituições. Os bancos brasileiros costumam ser menos alavancados que os estrangeiros e, portanto, têm uma base de ativos menor por concederem menos crédito. A implantação plena das regras de Basileia 3, no entanto, deve aproximar os modelos. Também é preciso considerar que bancos que têm uma fatia maior de sua receita oriunda de serviços - seguros, por exemplo - ficam "menos eficientes" nesse tipo de comparação, já que essas operações passam pelo resultado, mas não pelo ativo.

Outro estudo, elaborado pela fintech de crédito Credits, sugere que os bancos brasileiros são pouco produtivos na originação de crédito, e a consequência disso se vê no spread. Enquanto a rede de atendimento nos Estados Unidos é duas vezes maior que no Brasil, cada agência americana produz um volume de crédito que, em média, é 12,2 vezes superior ao de uma agência brasileira.

"Se você tem custo similar e produz menos, tem de cobrar um spread maior para compensar isso", afirma Sergio Furio, fundador e presidente da Credits.

Eficiência medida pela relação entre despesas e ativos totais mostra que bancos brasileiros têm desempenho pior

Para ele, a raiz do problema está no tipo de crédito que mais se oferece no país - que por sua vez reflete o histórico brasileiro de inflação e juros altos. São, em geral, linhas de prazo curto e taxas mais elevadas, que requerem um esforço de vendas contínuo dos bancos para rentabilizar sua estrutura.

É, de certa forma, o paradoxo do ovo e da galinha. Uma estrutura pesada de custos exige que os bancos cobrem caro para obter retorno, e ao mesmo tempo esses produtos de giro mais rápido impõem custos altos.

A expectativa é que a estabilização da economia num patamar mais baixo de juros e a nascente competição das empresas de tecnologia financeira possam alterar esse quadro. "As fintechs estão forçando os bancos a reagir. Não pelo volume, mas pela potencial ameaça", diz Furio.

Embora a busca de eficiência seja um tema recorrente, tem ganhado força no sistema financeiro diante do aumento da concorrência tanto de instituições tradicionais quanto de fintechs e cooperativas de crédito, afirma o diretor de controladoria do Banco do Brasil (BB), Márvio Freitas.

A boa notícia, de acordo com o executivo, é que essa melhora está mais alinhada do que nunca com a exigência dos clientes de maior conveniência no acesso aos serviços bancários.

Nos últimos anos, o BB passou por um amplo processo de melhoria de eficiência, que reduziu a distância em relação aos bancos privados. Um programa de aposentadorias voluntárias e fechamento de agências anunciado no fim de 2016 ajudou muito. Também houve mudanças no desenho dos

escritórios, medidas de economia de energia e abriu-se a possibilidade de "home office".

Mas, segundo Freitas, o maior potencial está na revisão de processos com uso de tecnologia, como assinatura digital e redução da exigência de papelada. "Melhora a eficiência e reduz a percepção de tempo no atendimento aos clientes", diz. "Os bancos terão mais lojas e menos cartórios."

Em recente entrevista ao Valor, o presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher, afirmou que não há ineficiências, mas grande potencial de ganho de eficiência com uso de tecnologia. O executivo citou como exemplos a migração de sistemas para a nuvem e o uso de inteligência artificial e "machine learning" nos modelos de crédito.

Há três frentes em que a tecnologia permite tornar a operação mais eficiente, segundo Alexandro Broedel, diretor executivo de finanças e relações com investidores. Uma delas é a interface com os clientes, com menos contas físicas e envio de cheques e cartões, por exemplo. As outras são o tratamento de dados, que permitem análises mais precisas, e a modernização dos chamados sistemas legados - como é conhecida a estrutura antiga dos bancos, herdada das aquisições feitas pelo caminho.

O potencial de melhorias esbarra em algumas "jabuticabas". A geografia brasileira é uma delas. Não é barato mandar dinheiro de barco para regiões remotas, nem lucrativo manter agência em áreas pouco populosas. A outra é a segurança, que impõe custos elevados para proteger a rede de atendimento e repor caixas explodidos país afora. O tema é de esfera municipal, mas tramita no Congresso um projeto para federalizar as regras.

"O contexto local envolve logística, distribuição de numerário, segurança e questões trabalhistas. Não é que os bancos aqui sejam menos eficientes", afirma Cano, do Bradesco.

Parte dessas questões pode ser atenuada com mudanças no modelo de atendimento. À medida que avançam as contas digitais, as agências tendem a se tornar locais de relacionamento e não de transações. Sem necessidade de cofre e numerário, essas unidades terão custo bem menor ao da rede física tradicional, diz Cano.

No Itaú, esse modelo vem sendo testado em quatro agências na cidade de São Paulo, afirma Broedel. Porém, o executivo não vê um movimento acelerado de fechamento ou substituição das agências convencionais. Segundo ele, embora 10 milhões de clientes do banco já usem os canais de atendimento pelo celular, o movimento na rede física voltou a crescer nos últimos meses, com a retomada da economia. "Não posso simplesmente sair fechando agência", diz.

Procurados, Caixa e Santander não concederam entrevistas.

Modelo tem de ser revisto, diz estudo

Valor Econômico - 18/06/2018

Os bancos terão de repensar seu modelo de atendimento para se tornar mais eficientes. O efeito da redução do número de agências já não basta para melhorar os indicadores, segundo levantamento da Roland Berger.

O produto bancário por agência caiu no Banco do Brasil (BB), no Itaú e no Bradesco entre 2016 e o ano passado, apesar de o número de unidades ter encolhido. No Santander, que avançou mais que os concorrentes no crédito e na oferta de serviços nesse período, essa relação aumentou 3%. Na Caixa Econômica Federal, a receita por agência cresceu 14%, embora sua rede tenha ficado praticamente estável.

"Não é só uma questão de fechar agências. É preciso repensar a forma como são usadas", afirma Wander Azevedo, diretor da Roland Berger. "Elas precisam se tornar locais de relacionamento com os clientes, e não de transações", acrescenta.

Para a consultoria, não faz sentido substituir a enorme estrutura física dos bancos brasileiros por modelos puramente digitais. O ideal é adotar o que a Roland Berger chama de "figital", uma combinação dos dois mundos.

Azevedo diz que isso fica particularmente nítido quando se olha para as plataformas de investimentos dos bancos algumas já começam a ser abertas a produtos de terceiros; outras, não. Embora seja fundamental ter um bom canal digital e seja válido lançar mão de recursos como aconselhamento por robôs, os bancos deveriam usar suas equipes para assessorar os clientes, afirma o consultor. "Nem a XP, que é um modelo copiado, é totalmente digital. Geralmente, você abre conta lá porque um amigo recomendou ou porque conversou com um investidor autônomo", afirma.

Mercado espera decisão de juros enquanto BC e

Tesouro tentam conter tensão crescente

Valor Econômico - 18/06/2018

O nível de ansiedade no mercado brasileiro pode até ter diminuído na semana passada, depois que o Banco Central e o Tesouro Nacional reforçaram suas atuações para conter a contínua pressão sobre os ativos. No entanto, a perspectiva para os próximos dias está longe de ser de tranquilidade e novas possíveis tensões aguardam os investidores nesta semana.

Um grande teste para o comportamento dos ativos é esperado já na quarta-feira, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia sua decisão sobre a taxa básica de juros. A reunião do BC ocorre num momento de pressão sobre os emergentes, além da elevada sensibilidade ao risco político local.

Não é à toa que o BC deve ofertar cerca de US\$ 10 bilhões em contratos de swap cambial até a sexta-feira para acalmar o nervosismo. O volume sinalizado pela autarquia pode ser menor que o programa de US\$ 24,5 bilhões concluído em seis dias úteis, mas a promessa é que pode ser ajustado conforme a necessidade.

O compromisso da autarquia em continuar com suas intervenções explicou, em boa parte, o alívio do dólar na última sexta-feira. A divisa americana caiu 2,16%, aos R\$ 3,7289, depois de bater R\$ 3,82 na sessão anterior, quando ainda prevalecia a dúvida sobre os próximos passos do BC. Na semana, teve alta de apenas 0,58%.

Para os especialistas do Goldman Sachs, a intervenção no câmbio se tornou a primeira linha de defesa do BC contra a instabilidade, mais que o uso da política monetária. "Este é um dos motivos pelos quais os participantes do mercado podem estar ansiosos em testar a moeda, especialmente devido ao ambiente externo desafiador e à frente do que continua sendo uma temporada de eleição altamente incerta." Ainda assim, eles não descartam totalmente um aumento de juros pelo BC, especialmente se o real apresentar desempenho mais fraco que seus pares.

O que se ouve, entretanto, é que um aumento "tímido" de juros não resolveria o problema e poderia até gerar mais instabilidade no mercado. Esse é o alerta do sócio e gestor da Garde, Marcelo Giufrida, que não descarta nenhum cenário seja de alta ou manutenção da Selic - dado o momento de elevada incerteza. Para o especialista, uma alta pequena da Selic pode aumentar a percepção de que a política monetária acompanha o comportamento do dólar. "Pode ficar a leitura de que, a cada alta do dólar, a taxa de juros teria de subir também", acrescenta o gestor.

Para analistas, o BC ainda conta com espaço de manobra para agir com swaps, a despeito de seu fardo fiscal. De acordo com estudo do Santander, o índice de cobertura de passivos externos do setor privado pelo setor público ainda está abaixo da média histórica, de 16%. Caso o BC queira dar esse nível de proteção aos agentes financeiros, poderia vender mais US\$ 16 bilhões em swaps, elevando o estoque desses contratos para US\$ 78,4 bilhões. E, mesmo assim, o setor público continuaria credor líquido externo em US\$ 169 bilhões, que é o saldo das reservas cambiais descontados passivos como dívida soberana e swaps.

Para repetir o índice de proteção da crise de 2015 (25%), o BC poderia ofertar US\$ 57 bilhões e o setor público ainda seria credor líquido em US\$ 122 bilhões. Para a economista Tatiana Pinheiro, do Santander, o volume não deve passar muito mais disso mesmo com os riscos à frente. "Ainda tem muita munição mesmo sem deixar de ser credor líquido."

O tamanho do desafio fica evidente em vários pontos no mercado. Os juros longos tiveram firme alta a despeito das 14 sessões de atuação do Tesouro até agora. Nesse período, o DI de janeiro de 2027 saiu de 11,21% para os atuais

12,47%. O Tesouro também reforçou a atuação e fará operações diárias de compra e venda de diferentes títulos públicos nos próximos dias.

A piora na bolsa de valores também não deixa dúvidas sobre o ambiente mais tenso. O Ibovespa registrou baixa de 2,99% na semana e já acumula queda de 7,81% no mês, aos 70.757 pontos. "O que enxergamos é um descrédito na política econômica no Brasil e uma intensificação das incertezas sobre o que vai acontecer daqui para frente. Vimos o quanto o atual governo está fragilizado e até a eleição temos uma falta de clareza grande", afirma Ari Santos, gerente da mesa de operações da H. Commcor.

Sem reforma e com gasto em alta, cresce risco de paralisia O Globo - 18/06/2018

As medidas adotadas para acabar com a greve dos caminhoneiros vão obrigar o governo a apertar ainda mais o cinto em 2018 e dar mais um passo em direção a restrições que, no limite, poderiam se configurar numa paralisação. Esse tipo de situação (shutdown) provoca a suspensão de serviços à população e do pagamento de despesas com a manutenção da máquina pública, como limpeza, luz e aluguel. Integrantes da equipe econômica e economistas ouvidos pelo GLOBO afirmam que o shutdown não é um cenário provável para 2018, mas que há uma ameaça concreta para 2019.

A pressão das despesas obrigatórias (especialmente com salários e benefícios previdenciários) e do teto de gastos sobre o Orçamento deixarão as despesas discricionárias (aquelas que o governo pode cortar, como investimentos) no menor patamar em quase uma década. E isso porque há folga em relação a 2017. Para 2019, no entanto, restará ao governo recorrer a medidas que dependem do Congresso para ter um respiro nas contas.

Segundo dados do Tesouro Nacional, até abril, a estimativa era que os gastos discricionários ficariam em R\$ 129 bilhões em 2018, menor taxa desde 2009. No entanto, depois das concessões feitas aos caminhoneiros para acabar com a greve da categoria, a equipe econômica teve que ajustar o valor, que caiu para R\$ 122,5 bilhões. Economistas e técnicos do próprio governo reconhecem que quando as despesas discricionárias se aproximam de R\$ 80 bilhões já é possível configurar um shutdown.

Ajuste nas despesas obrigatórias

Ao longo de 2017, o governo teve que fazer um aperto de mais de R\$ 40 bilhões no Orçamento para assegurar a meta fiscal (que depois foi ampliada pelo Congresso). Isso provocou dificuldades: houve suspensão da emissão de passaportes, lentidão nos atendimentos de postos do INSS, falhas na fiscalização sanitária e atrasos em pagamentos de serviços. Naquele ano, as despesas discricionárias ficaram em R\$ 124 bilhões.

O primeiro gasto a sofrer os efeitos da compressão do teto é o investimento público. Dados que fazem parte do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV mostram que o investimento do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social), por exemplo, caiu de R\$ 40,6 bilhões em 2014 para R\$ 24,8 bilhões em 2017 — uma redução de 63,7%. Para especialistas, isso tende a piorar e colocar em risco a própria regra do teto de gastos (as despesas só podem crescer de acordo com a inflação), se não houver uma reforma das despesas obrigatórias, especialmente a da Previdência.

— Mesmo dentro da margem fiscal, tem um pedaço do gasto que é incompressível. Perto de R\$ 80 bilhões é o montante que não daria para cortar sem parar o funcionamento da máquina pública. Claro que dá para economizar mais, rever contratos, mas o grosso do ajuste terá que vir das despesas obrigatórias — disse o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.

Para o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/ FGV Manoel Pires, o quadro fiscal de 2018 ainda é favorável em relação a 2017, apesar de penalizar muito os investimentos públicos e deixar pouca margem de manobra para o governo. Mas o cenário mais crítico, segundo ele, está em 2019, quando o limite de despesas será mais apertado e há um risco efetivo de ser descumprido. As despesas discricionárias para o ano que vem estão estimadas em R\$ 98,4 bilhões — R\$ 18,4 bilhões acima do limite do shutdown.

— A projeção das despesas para 2019 é mais preocupante. O limite é baixo por causa da regra do teto e da meta fiscal, e as contas foram feitas de maneira conservadora. Não há previsão, por exemplo, de reajustes para os servidores públicos, sendo que as carreiras sempre fazem pressão — destaca Pires.

Com esse cenário em vista, a equipe econômica já se prepara para tentar ampliar seus limites no ano que vem. Segundo técnicos do governo, a estratégia para não correr o risco de paralisar a máquina em 2019 inclui o projeto que reonera a folha de pagamento das empresas (que pode dar uma folga fiscal de R\$ 9 bilhões) e o adiamento dos reajustes dos servidores para 2020 (o que teria um impacto positivo de R\$ 5 bilhões sobre as contas públicas). Se forem incluídos no adiamento os aumentos previstos para os militares, o alívio com salários aumentaria para R\$ 11 bilhões.

Ou seja, no total, haveria uma margem de R\$ 20 bilhões no Orçamento. Os técnicos reconhecem, contudo, que esse é um quadro difícil: com pressões de vários setores, é improvável que o espaço aberto na despesa com a reoneração da folha não seja ao menos parcialmente comprometido. No caso do adiamento dos reajustes, uma tentativa semelhante feita pelo governo no ano passado foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF) e caducou no Congresso sem avançar.

Revisão do teto de gastos

Esta semana, ao julgar as contas do governo de 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez um alerta sobre o aumento do risco de paralisação da máquina pública e da necessidade da realização de reformas que permitam um controle maior sobre despesas obrigatórias. No acórdão da decisão, os ministros da Corte de Contas afirmam:

“Cabe alertar que o cumprimento do teto poderá ser comprometido nos próximos exercícios, caso as despesas com benefícios previdenciários continuem a aumentar no ritmo observado nos últimos anos. Mesmo considerando a hipótese otimista em que as despesas com pessoal e as demais despesas obrigatórias não cresçam em valores reais, em pouco tempo os recursos serão insuficientes para custear as despesas discricionárias, que incluem: programas de saúde e de educação, investimentos, manutenção dos serviços públicos, entre outros itens. Muito antes disso, a execução das atividades da administração pública federal ficará inviabilizada”.

Segundo Manoel Pires, o próximo governo provavelmente terá que rever a regra do teto de gastos —que determina que as despesas podem crescer apenas o equivalente à inflação do ano anterior — se não houver uma reforma da Previdência e uma revisão de gastos obrigatórios rapidamente. Ele afirma que é contra uma mexida na regra do teto sem contrapartida:

— É equivocado mexer no teto e nada oferecer em troca. É preciso uma combinação de mudança com reforma da Previdência rápida.

Segundo Pires, algumas sugestões de revisão do teto têm partido de candidatos à Presidência, mas elas não resolvem o problema fiscal de maneira estrutural. Ele citou como exemplo a ideia de excluir da conta as despesas com investimentos.

— Nesse formato, mesmo preservando os investimentos, as obrigatórias continuariam a comer o espaço da discricionária, provocando um rompimento do teto do mesmo jeito mais à frente — explica Pires.

O pesquisador do Ibre fez parte da equipe do ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, que também chegou a encaminhar ao Congresso uma proposta de teto para as despesas. A medida, no entanto, trazia outro formato. Previa um plano plurianual, com a programação fiscal dos quatro anos seguintes, estabelecendo o limite das despesas discricionárias proporcionalmente ao PIB para os anos seguintes. Essa, segundo Pires, seria uma forma mais equilibrada de limitar o crescimento dos gastos públicos.

Pela regra do teto, as despesas só podem crescer com base na inflação do ano anterior. E como a equipe econômica conseguiu aprovar a norma antes da reforma da Previdência, há um risco de que ela fique inviabilizada já em 2019. Sem uma reforma, as despesas com benefícios devem passar de R\$ 592,4 bilhões em 2018 para R\$ 758,5 bilhões em 2021.

Bancos lucram a despeito da crise

Correio Braziliense - 18/06/2018

Nem mesmo a maior recessão da história do país foi capaz de derrubar a rentabilidade dos bancos brasileiros, sobretudo, dos grandes e privados. Uma das justificativas, a política de juros altos, não se sustentou quando a taxa Selic recuou a 6,5% ao ano e as principais instituições financeiras continuaram com retorno sobre o patrimônio (ROE) em trajetória ascendente. Segundo levantamento da empresa de informações financeiras Economática, o ROE subiu de 10,35% em 2016 para 13,59% em 2017, o dobro da rentabilidade dos demais setores da economia, que tiveram média de 6,6%.

Outra explicação para a saúde invejável do setor é o alto spread bancário praticado no país. A diferença entre o que os bancos pagam pelo dinheiro e o que cobram dos clientes é uma das maiores do mundo no Brasil. Conforme o Banco Central, o Indicador de Custo do Crédito (ICC) passou de 20,64 pontos percentuais em 2015 para 22,25 no ano passado. Estudo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mostra, numa comparação com outros 12 países, que o índice brasileiro é, disparado, o mais alto, sendo que o do segundo colocado, o México, é de 9,1 pontos.

Como os grandes bancos não deixam de lucrar a despeito da conjuntura econômica e mantêm rentabilidade acima, inclusive, da média de instituições financeiras de países como Estados Unidos e Canadá (veja no quadro ao lado), é de se supor que a margem tem parcela significativa no spread recorde. Porém, no mais recente Relatório de Economia Bancária (REB), divulgado na semana passada pelo BC, a partir de uma nova metodologia, o peso do lucro no custo do crédito caiu para 14,9%, enquanto que o da inadimplência ficou em 37,4%.

O diretor de política econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, explica que a metodologia era de 2004, e a atualização foi necessária. “Não se pensava nos serviços como receita, mas ganharam importância”, diz. Atualmente, os grandes bancos (chamados complexos) não concedem apenas crédito e atuam como tesouraria, mas oferecem uma diversidade enorme de produtos e serviços.

Para o ex-economista-chefe da Febraban Roberto Luis Troster, o cálculo do BC é passível de discussão. “A metodologia não inclui IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na conta e isso distorce o resultado”, critica. O especialista reconhece, no entanto, que a rentabilidade do setor é alta. “Os lucros são legais. A inadimplência tira a legitimidade da margem de lucro, porque a contribuição social do setor financeiro é baixa”, sustenta.

O relatório da autoridade monetária aponta que a rentabilidade média do sistema financeiro é de 13,8%, sendo que a dos bancos complexos é de 15,1% e a dos regionais públicos, 16,3%. O ROE de instituições que operam apenas crédito, contudo, foi de 8,5% no ano passado. “Esses bancos sentiram a crise”,

diz Viana. “Enquanto os complexos ganharam mais com serviços do que com crédito. São mais eficientes e diversificados”, justifica.

“O senso comum diz que a concentração é o motivo do alto spread. Mas países com alta concentração, como Suécia, Holanda, Canadá e Austrália, têm spread baixo. Ou seja, não são coisas interligadas”, argumenta o diretor do BC, para quem a racionalidade na gestão garante desempenho acima da média aos grandes bancos privados.

Na opinião de Luis Miguel Santacreu, analista de bancos da Austin Rating, houve um grande esforço de racionalização de custos. “Os bancos investiram em tecnologia, sistemas e reduziram despesas. Ao longo do tempo, os grandes foram comprando os pequenos e incorporando ativos e clientes. Isso fez com que ganhassem escala, mas também provocou a concentração”, avalia. “No entanto, as taxas de juros e o spread são altos, e colaboram para rentabilidade. Além disso, os bancos não fazem só crédito, prestam serviços, seguros, capitalização, gestão de investimentos e o lucro também vem dessas receitas”, diz.

No entender do ex-diretor do BC Carlos Eduardo de Freitas, a alta rentabilidade dos bancos brasileiros é compatível com a de países pares. “O ambiente de negócios é arriscado. Se não sentiram a crise foi porque conseguiram escalonar as dívidas financeiras dos outros setores com eles e também porque, atualmente, são como supermercados e os serviços contrabalançaram a falta de crédito”, observa. Freitas descarta a possibilidade de cartel em função da alta concentração, porque dois bancos públicos detêm parcela significativa do mercado. “As operações de bancos são muito caras”, justifica.

Outro lado

Segundo a Febraban, a razão principal dos spreads mais altos no Brasil em comparação com outros países está nos custos elevados da intermediação financeira. “Os custos associados a inadimplência, tributação, depósitos compulsórios e outros elementos do sistema de regulação são bem mais altos no Brasil”, afirma, em nota. A federação garante que os bancos aproveitaram a queda da Selic para diminuir o custo do crédito ao consumidor. “Em abril de 2018, o spread alcançou 48,6 pontos percentuais nas operações de crédito com recursos livres para pessoa física ante 62,2 pontos registrados em outubro de 2016, redução de 13,6 pontos.”

O ItaúUnibanco, que figura com o maior ROE entre 41 instituições internacionais com ativos acima de US\$ 100 bilhões, informa que a rentabilidade no país está em posição intermediária em comparação aos pares internacionais. “A rentabilidade é resultado do esforço da instituição para melhorar de forma contínua a eficiência as operações, identificando oportunidades de redução de custos e administrando os investimentos para obter ganhos de qualidade e agilidade”, diz, em nota. Caixa, Banco do Brasil, Santander e Bradesco também foram procurados e preferiram ser representados pela Febraban.

"Com incertezas eleitorais, o Brasil sofrerá uma grande ressaca"

Correio Braziliense - 18/06/2018

Nas últimas décadas, o panamenho Antonio Dominguez, 46 anos, se tornou uma das maiores autoridades do mercado global de logística. Embora faça parte do time de executivos desde 1995, há dois anos ele assumiu o comando da operação regional da Maersk Line, gigante dinamarquesa que lidera o ranking global de transporte marítimo, e que emprega 21,8 mil pessoas em terra e outros 7,8 mil no mar, com 639 navios. Sob sua gestão está a América Latina, que reponde por 12% dos negócios da companhia, que faturou US\$ 35,4 bilhões em 2016, o último dado consolidado. Em entrevista aos Diários Associados, o executivo analisa o setor de infraestrutura do País, critica a falta de incentivos para investimentos e enxerga uma tempestade no horizonte, em razão da forte desvalorização do real e das incertezas eleitorais. Acompanhe a entrevista:

Quais são os maiores entraves para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil?

O Brasil precisa desenvolver uma cadeia de logística verdadeiramente intermodal para evitar transtornos gigantescos decorrentes de problemas no modal rodoviário, como ocorreu durante a greve recente dos caminhoneiros. Só assim é possível reduzir os custos para a indústria, para os agricultores e, para os consumidores.

O que é preciso melhorar?

O país necessita de uma malha ferroviária moderna, como a que já existe no México, por exemplo. É grave uma nação com este tamanho e potencial não ter uma malha ferroviária desenvolvida.

Isso depende do governo ou da iniciativa privada?

O governo precisa criar condições para dar vazão aos investimentos privados em infraestrutura. Considerando que praticamente 70% dos produtos que chegam ao Brasil vêm pelos navios, é urgente que o setor tenha mais atenção, para que o país trace uma trilha sustentável para o futuro.

Falando especificamente do transporte marítimo, quais são as maiores dificuldades do setor?

Um grave problema enfrentado por todos os armadores é a falta de dragagem. É inadmissível que o maior porto da América Latina, o Porto de Santos, fique dias travado por causa de problemas como este.

Quais são os planos da Maersk Line para o Brasil?

A Maersk Line tem um compromisso de longo prazo com o Brasil. Desembarcamos no país no início do século passado, geramos milhares de postos de trabalho ao longo dos anos e mantemos um ritmo consistente de investimentos. Gostaríamos de trazer navios maiores para o Brasil para

umentar a eficiência da cadeia de logística. Porém, isso só será possível com infraestrutura.

Qual a importância da operação local nos resultados globais?

A costa leste da América do Sul, em especial o Brasil, é uma região-chave para a operação global. Nosso plano é personalizar e modernizar cada vez mais o atendimento aos clientes. Queremos promover a transformação digital do setor, fazendo com que o ato de reservar um contêiner seja tão fácil quanto comprar um produto on-line. Hoje, o processo leva até 15 dias, enquanto em países como Holanda, China, Japão ocorre em 24 horas.

A disputa comercial entre Estados Unidos e China prejudica o transporte marítimo mundial?

Permitir e facilitar o comércio é parte integrante de nossos negócios e contribui para a prosperidade e o desenvolvimento global e local. A introdução de restrições regulatórias ao comércio pode ter um impacto negativo no comércio global. Afastar-se de um sistema aberto e baseado em regras afetará negativamente a atividade econômica e o emprego em setores e países dependentes do acesso ao mercado internacional.

O senhor acredita que o Brasil conseguirá fechar um acordo de livre comércio com a União Europeia?

O acordo com a Europa é praticamente o único que falta na América Latina. Estamos esperançosos de que ele se concretize. Uma modernização na economia da região é muito bem-vinda. Por outro lado, o acordo também ajuda a Europa a penetrar em setores do mercado que hoje sentem dificuldade de entrar.

A falta de investimentos em infraestrutura portuária tem sido um problema para a Maersk Line no país?

Com certeza, para todas as empresas que atuam no setor ou dependem do transporte marítimo. Conforme comentei anteriormente, um dos nossos principais problemas é a perda de profundidade dos canais dos portos, tendo como resultado a impossibilidade das maiores embarcações conseguirem operar a plena capacidade. Estamos utilizando navios com capacidade abaixo de 9 mil TEUs, enquanto portos mais modernos, inclusive na América Latina, conseguem receber navios acima de 13 mil ou 14 mil TEUs. Precisamos de terminais mais modernos, para que os processos sejam rápidos, com burocracia reduzida e despachos aduaneiros mais eficientes.

Qual a sua avaliação da economia brasileira e quais são as perspectivas para os próximos anos?

Embora o País esteja saindo de sua pior crise econômica, está claro que, sem uma agenda concreta de reformas, a economia tende a crescer muito menos do que poderia. Como a Maersk Line tem um compromisso de longo prazo com o Brasil e acredita no potencial do país, mantemos os planos de investimento na região, mas isso também depende de uma conjuntura macroeconômica mais favorável.

E o comércio exterior brasileiro?

Registramos um período vigoroso às vésperas da Copa do Mundo, com as importações saltando 19% no primeiro trimestre. As exportações aumentaram 6%, contribuindo para um crescimento de 12% no total de importações e exportações de contêineres.

Não é um resultado surpreendente diante da lenta retomada da economia?

A performance surpreende, com o Brasil emergindo da sua pior recessão desde a década de 1990. As importações para o Norte do país dispararam 59% no primeiro trimestre, já que os eletrônicos são enviados a Manaus para montagem. No entanto, acredito que o Brasil, com incertezas eleitorais e a queda do real, que se desvaloriza para níveis nunca registrados desde 2002, sofrerá uma grande ressaca no segundo semestre. Na verdade, estes indicadores já estão aparecendo. As importações desaceleraram em maio e, pela primeira vez no ano, os navios estão subocupados, diferente do que vinha acontecendo nos últimos 12 meses, quando estavam completamente carregados.

Contratações com as novas regras ainda não 'pegaram' **Valor Econômico - 18/06/2018**

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que ainda são incipientes as contratações e demissões com base nas novas regras trabalhistas. Segundo o último dado disponível do Caged, divulgado pelo Ministério do Trabalho, no primeiro quadrimestre do ano, 45.732 trabalhadores foram contratados com base no novo regime de contrato intermitente ou jornada parcial. Por outro lado, os desligamentos por acordo totalizaram 43.848. Com isso, liquidamente, foram contratados 1.884 trabalhadores pelas novas regras.

Recentemente, o ministro do Trabalho, Helton Yomura, disse ao Valor PRO que o fato de a medida provisória nº 808, que fazia ajustes na Reforma Trabalhista, ter caducado não está travando as contratações ou desligamentos por meio das novas regras. Até porque, esse processo é gradual. Na ocasião, ele disse, no entanto, que o governo não havia desistido de fazer modificações na nova lei trabalhista - seja por projeto de lei ou medida provisória - para reduzir insegurança jurídica, mas admitiu que a proximidade do calendário eleitoral dificulta esse tipo de iniciativa.

O ministro destacou que tem "rodado" o país para desmistificar alguns pontos da reforma que possam gerar insegurança jurídica. "Nossa palavra sempre é que a reforma trabalhista veio para trazer segurança jurídica e não insegurança jurídica. As pessoas precisam ser motivadas a empreender e investir no Brasil que isso gera empregos", ressaltou.

Apesar das declarações, há demandas de empresários para esclarecer pontos do regime intermitente e da equipe econômica do governo para fechar supostas brechas que levariam à queda de arrecadação, como permitir o

pagamento de bônus sem que incidam encargos sobre o salário e autorizar que trabalhadores autônomos tenham contrato de exclusividade.

Para o economista José Marcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, é natural que o ritmo de contratações e demissões com base nas novas regras seja lento neste momento, mas a tendência é de um aumento gradual. Ele ressaltou que dúvidas sobre a legislação serão discutidas na Justiça. Ele contou, no entanto, que as novas regras já resultaram em forte queda da demanda trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro no primeiro trimestre deste ano ante mesmo período de 2017.

TST invalida norma coletiva

DCI - 18/06/2018

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou inválidas as cláusulas de norma coletiva de trabalho da Telefônica Brasil que estabeleciam o pagamento de adicional de periculosidade em percentual menor que o previsto na lei. Com a decisão, o processo retornará à Quarta Turma do TST, para prosseguir no exame de recurso de um ex-empregado da empresa.

A norma coletiva previa o pagamento do adicional de 22,5% para a função de cabista desempenhada pelo empregado. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), no entanto, condenou a empresa ao pagamento das diferenças em relação ao índice de 30% previsto em lei. Em 2010, a Quarta Turma do TST afastou a condenação, acolhendo recurso de revista da empresa e julgando prejudicado o do cabista.

Em embargos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, o cabista alegou que o adicional de periculosidade é medida de higiene e de segurança do trabalho e, por isso, não pode ser reduzido. Sustentou também que as normas coletivas têm prazo de vigência determinado e não se incorporam ao contrato.

E a economia, senhores pré-candidatos?

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

Claudio Adilson Gonçalves

Não é novidade que a crise fiscal brasileira é grave, não só pelos gigantescos déficits primários que vêm sendo registrados, ano após ano, como também pelo fato de que as restrições constitucionais à gastança, a saber, o teto de gastos e a regra de ouro, dificilmente serão cumpridas, já a partir do ano que vem. Claro, o governo pode propor a revogação ou a flexibilização desses limites constitucionais, mas isso seria um enorme retrocesso e provocaria deterioração adicional das expectativas. Sabe-se também que a crise fiscal eleva o nível de incerteza dos agentes econômicos, o que inibe investimento e consumo. Ou seja, o ajuste fiscal é condição necessária, se bem que não suficiente, para a retomada do crescimento sustentado da economia.

Com exceção de alguns economistas de esquerda, que não aprendem com os erros do passado, como por exemplo, Marcio Pochmann, um dos formuladores do programa de governo do PT, há consenso em relação ao diagnóstico aqui esboçado. No entanto, nenhum dos pré-candidatos com chances reais de chegar ao segundo turno fez qualquer manifestação clara quanto às medidas econômicas que pretende adotar caso seja eleito. No máximo, alguns de seus assessores têm se pronunciado em entrevistas à imprensa. Vale a pena comentar algumas dessas proposições, principalmente as divulgadas pelo economista Mauro Benevides Filho, assessor de Ciro Gomes, que foi quem mais detalhou as ideias sobre a política fiscal.

O grande mérito de Benevides foi reconhecer a gravidade do problema ao afirmar que “sem ajuste, o Brasil vai à bancarrota”. Suas propostas, no entanto, parecem inconsistentes.

Benevides propõe a volta da taxaço, na pessoa física, de lucros e dividendos, isentos de Imposto de Renda desde 1995. A proposta faz sentido para melhorar a equidade tributária, mas o efeito sobre a arrecadação tende a ser bem inferior aos R\$ 52 bilhões estimados pelo economista. Antes dessa isenção, era comum a distribuição disfarçada de lucros, prática de difícil fiscalização. São os famosos “fringe benefits”, isto é, pagamentos feitos pela empresa de despesas particulares ou de compra de ativos efetuadas por seus sócios ou administradores. Talvez fosse mais efetivo revogar a excêntrica dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

Benevides também propõe a volta temporária da CPMF, mas cobrada apenas das grandes transferências financeiras, superiores a R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil. Segundo ele, isso teria “o charme” de deixar 86% da população fora do tributo. Tal proposta não é charmosa, mas sim enganosa, pois a CPMF incorpora-se ao custo dos produtos nas várias etapas do processo produtivo, sendo paga, em última instância, pelos consumidores finais.

Para a Previdência Social, o assessor de Ciro Gomes propõe a criação do regime de capitalização para os benefícios superiores a três salários mínimos, ideia, de certa forma, também defendida por André Lara Resende, um dos coordenadores de economia da campanha da pré-candidata Mariana Silva. O problema é que nenhum deles explica como seria coberto

O ajuste fiscal é condição necessária para a retomada do crescimento sustentado da economia

o custo de transição, ou seja, a queda de arrecadação do INSS decorrente da transferência de trabalhadores para o novo regime.

Benevides chama de temas polêmicos a Lei de Responsabilidade Fiscal, o teto de gastos e a regra de ouro, pois “tudo está centrado no resultado primário”. Prefere a fixação de um teto para a dívida pública, como nos EUA, o que me

parece inadequado, pois o Congresso sempre se verá forçado a elevar esse teto, para não paralisar o governo.

Em resumo, ainda não se tem ideia do que os pré-candidatos pretendem fazer para lidar com a grave crise fiscal brasileira. E as poucas propostas reveladas por alguns de seus assessores carecem de maiores detalhamentos técnicos.

Os planos de saúde sob séria ameaça

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

Antonio Penteado Mendonça

Decisão da Justiça de limitar reajuste de plano de saúde em 5,72% dificulta a contratação de novos planos individuais, pois as empresas do setor não querem operar no vermelho

Um juiz federal de São Paulo, liminarmente, limitou o aumento dos planos de saúde privados individuais em 5,72%. Não compete ao Judiciário determinar aumentos de preços. A decisão é, no mínimo, equivocada, mas mostra o grau de ativismo político que permeia as decisões de parte dos integrantes do Judiciário. Não há dúvida de que é uma minoria, mas suas decisões, em todos os campos, têm o condão de gerar enorme insegurança jurídica, além de levantar dúvidas sobre a atuação de órgãos encarregados da normatização e fiscalização de importantes setores econômicos.

Os planos de saúde privados não precisam de outros inimigos além da própria lei que os regulamenta e da demagogia barata de deputados e senadores interessados em ficar bem na foto. Invariavelmente vendidos como inimigos da população, paradoxalmente, os planos de saúde privados são o terceiro sonho de consumo do cidadão brasileiro.

Quer dizer, os brasileiros querem os planos de saúde privados os atendendo, mas, de outro lado, os brasileiros não têm recursos para custear seus planos no nível que gostariam de ser atendidos. Então, por conta de diferentes razões que não vem ao caso serem analisadas, gente que não entende muito bem como os planos funcionam, até porque não têm a menor noção do que seja mutualismo, decide que eles não podem custar mais do que tanto, ou devem cobrir isso e aquilo.

Para certas pessoas bem intencionadas, mas que não fazem conta, tanto faz quanto custa as operadoras oferecerem tudo o que eles mandam, quanto as pessoas podem pagar e, mais grave, saber que no final a conta pode não fechar. O importante é ficar bem com o povo, ter os quinze minutos de glória e se sentir a reencarnação de Ivanhoé com sua espada flamejante, lutando para proteger os pobres e oprimidos.

Até agora não foi dada nenhuma liminar limitando o preço de um Rolls-Royce novo ao de uma Brasília 1976. Seria um absurdo de tal ordem que não passa

pela cabeça de ninguém uma determinação desta natureza. Todavia, parece que o magistrado que limitou o aumento dos planos de saúde individuais não se deu conta de que ele fez exatamente isto.

Não há relação entre a inflação da moeda e os preços da saúde. Especialmente num país como o Brasil, onde mais de 80% dos insumos e 90% dos equipamentos destinados ao atendimento médico-hospitalar são importados. A mera variação do dólar nos últimos 12 meses seria suficiente para que o reajuste fosse maior do que os 5,72% autorizados pelo magistrado.

Aliás, aqui caberia perguntar onde o juiz conseguiu este índice e porque não 5,5% ou 6%. Mas seria sair do tema, que é muito sério e não permite divagações.

Ao determinar o índice do reajuste, a liminar colocou em xeque e desrespeitou a atuação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que é a agência oficial encarregada dos planos de saúde privados. Ou seja, ela desconsiderou a regra da divisão dos Poderes, que é pedra angular da Constituição brasileira e investiu o Judiciário de um poder que, constitucionalmente, ele não tem.

Não compete ao Judiciário substituir o Executivo. Cada um tem suas atribuições e, respeitados os respectivos limites, os três Poderes são os responsáveis pela governabilidade do país. O Executivo governa, o Legislativo legisla, e o Judiciário garante o cumprimento da lei.

A liminar em tela legislou e governou. Mas, muito pior do que isso, pelo menos para a saúde do cidadão comum, com certeza tornará ainda mais difícil a contratação de planos de saúde individuais, que atualmente já são quase impossíveis de serem contratados.

Nenhum negócio com a despesa maior do que o faturamento se mantém por muito tempo. De outro lado, não se pode obrigar alguém a operar com prejuízo. O resultado dessa equação é o negócio deixar de ser feito. Ao conceder a liminar, o juiz federal, em vez de ajudar o cidadão, afastou dele a possibilidade de encontrar um plano individual como alternativa para fugir das filas do SUS (Sistema Único de Saúde).

E, de quebra, aumentou a insegurança jurídica que diuturnamente atrapalha o Brasil.

Brasileiros querem o atendimento do planos privados, mas não têm recursos para bancar o custo

O custo de decisões equivocadas

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

José Goldemberg - Há séculos se debate o papel que grandes líderes têm em definir o curso da História. De modo geral, são as circunstâncias históricas

que fazem surgir grandes figuras cuja ação consolida (ou destrói) as estruturas econômicas ou sociais existentes.

Napoleão é um bom exemplo. Brilhante oficial do exército, acabou consolidando os avanços da Revolução Francesa de 1789, que varreu a monarquia da França e de vários países da Europa e com sua mensagem de “igualdade, liberdade e fraternidade” estimulou movimentos republicanos no mundo todo, inclusive na América Latina, com Simón Bolívar.

Contudo o papel de Napoleão como defensor das ideias de revolução se desvaneceu quando ele se tornou imperador e instalou seus parentes como reis nos países da Europa que os exércitos franceses conquistaram. Para os especialistas, isto não foi uma grande surpresa. Ainda como tenente do exército Napoleão leu O Príncipe, de Maquiavel, e seus comentários nas margens do livro revelam bem os instintos e ambição exagerados que revelou como imperador.

O que esse exemplo mostra é que as forças da História abrem lugar para líderes, mas a competência e o caráter desses líderes tem papel fundamental nas consequências de suas ações. Churchill, o primeiro-ministro inglês que enfrentou quase sozinho a fúria avassaladora de Hitler, tinha credenciais muito discutíveis como aristocrata colonialista, mas acabou exercendo com enorme brilhantismo a liderança de seu país e das outras nações que acabaram levando à destruição do nazismo.

No plano interno tivemos líderes como Getúlio Vargas, que chegou ao poder em 1930 no bojo da Revolução Tenentista, que revelou mais tarde tendências autoritárias misturadas com nacionalismo. A criação da Petrobrás e da Eletrobrás foram algumas das boas ideias que implementou, porque refletiram a visão de que nos países em desenvolvimento o Estado tem papel essencial em tornar viáveis grandes investimentos em infraestrutura.

No caso da Eletrobrás isso foi feito com sucesso com o apoio de empréstimos do Banco Mundial, mas passada essa etapa deixou de ter sentido manter nas mãos do Estado empreendimentos que se tornam puramente comerciais ou cabides de empregos.

O caso da Petrobrás foi um pouco mais complicado. A fase positiva foi o desenvolvimento dos campos petrolíferos na plataforma continental, na Bacia de Campos, e no pré-sal, a grandes profundidades, que abriu uma nova fronteira tecnológica na exploração do petróleo e levou o País à autossuficiência na extração de petróleo bruto.

O refino do petróleo para produção de óleo diesel e gasolina não teve, porém, o mesmo sucesso. Após o ano 2000, contudo, o governo federal (e a própria Petrobrás) foi dominado por um novo surto nacionalista, baseado na ideia errônea de que o valor de uma empresa de petróleo é determinado pelas reservas que estão debaixo da terra, e não pelo petróleo que extrai e vende.

Esta era a visão nas empresas petrolíferas do mundo todo no passado, quando se acreditava que a era do petróleo duraria apenas algumas décadas, porque as reservas eram finitas. Era melhor, então, guardar o petróleo para o futuro, quando haveria falta dele e o preço aumentaria, pelo aumento da competição. Hoje a situação mudou: estamos agora numa era de abundância de petróleo, por três razões:

- A produção de petróleo nos EUA usando uma nova tecnologia (fracking). O país, que era um grande importador de petróleo, deixou de sê-lo.
- A exploração a grandes profundidades no oceano está sendo feita não só no Brasil, como em outros países do mundo.
- O consumo de petróleo está diminuindo porque os automóveis ficaram mais eficientes e, aos poucos, carros elétricos estão sendo introduzidos em alguns países.

É por isso que os preços do petróleo estão caindo e não se acredita que voltem ao patamar de US\$ 100 por barril, ou mais. Ao contrário, muito provavelmente cairão para US\$ 40 ou US\$ 50 o barril.

Nada mais natural, portanto, do que acelerar a produção em associação com as empresas internacionais e aproveitar as próximas décadas para vendê-lo, antes que outros avanços tecnológicos reduzam ainda mais o consumo de petróleo. A política adotada pelo governo Dilma de não realizar, durante sete anos, licitações para exploração de petróleo no pré-sal foi um erro de proporções históricas, que só agora está sendo corrigido.

Junto com a política demagógica de manter baixos os preços dos derivados de petróleo, quando seu custo aumentou no exterior, causou mais prejuízos à Petrobrás do que toda a corrupção nessa empresa.

Esse é um caso claro de liderança incompetente que não entendeu as tendências mundiais e acabou por nos levar a ser um país que descobriu grandes reservas de petróleo no fundo do oceano e que correm o risco de lá ficar.

Há precedentes desse tipo no Brasil: após a 2.^a Guerra Mundial (1939-1945) energia nuclear passou a ser desenvolvida para fins pacíficos e uma das rotas tecnológicas para tal era o uso de tório, de que havia vastas reservas nas areias das praias do Espírito Santo (areias monazíticas). O governo federal da época caracterizou essas reservas como estratégicas e proibiu sua exportação.

O lógico seria, então, iniciar um programa de sua utilização numa linha tecnológica de reatores nucleares usando tório, como foi proposto na ocasião pelo físico mineiro José Israel Vargas. Mas isso não foi feito e as reservas de tório continuam lá até hoje, nas praias do Espírito Santo.

As oportunidades do uso de recursos minerais não duram para sempre e se não forem aproveitadas na ocasião adequada podem deixar de existir.

As oportunidades do uso de recursos minerais não duram para sempre...

Estrangeiros mantêm dólar e Copom no foco

Valor Econômico - 18/06/2018

Angela Bittencourt

Dólar é o assunto do momento, no mínimo, porque o brasileiro tem certeza de que, quando o dólar sobe, a vida fica mais cara. E fica. Ainda que não imediatamente. Há dez dias, o dólar encostou em R\$ 4. O Banco Central (BC) reforçou a venda de contratos de swap cambial - uma espécie de título que tem o mesmo efeito da colocação de divisas em circulação - e o dólar voltou a se aproximar de R\$ 3,70. O BC nega que tenha a intenção de conter a alta da moeda. Informa que vende dólares para manter o mercado funcionando. É fato, porém, que o mercado funciona melhor com dólar negociado mais para R\$ 3,70 do que para R\$ 4. Quando o dólar sobe, como tem ocorrido diariamente, é sinal de que há mais compradores que vendedores na praça. Aí entra o Banco Central. Para evitar a interrupção dos negócios.

A demanda por dólar vem, neste momento, de investidores estrangeiros. Em 21 sessões da bolsa brasileira, B3, encerradas na quarta-feira, 13 de junho, os estrangeiros tiraram mais de R\$ 12 bilhões, informa a Capital Markets Corretora. Essa estatística é divulgada em reais. No segmento de negociação de instrumentos derivativos da mesma B3, os estrangeiros estão comprados em US\$ 32,8 bilhões - posição mais elevada desde 2015. Em 28 de maio daquele ano, as apostas dos estrangeiros na alta da moeda americana atingiram o recorde absoluto de US\$ 38,8 bilhões. Em janeiro desse ano, esses investidores carregavam uma carteira de apenas US\$ 9,2 bilhões.

Desde meados de maio até a sexta-feira, o BC vendeu US\$ 39 bilhões; US\$ 24,5 bilhões só na semana passada. A instituição anunciou, na última sessão, que poderá repassar US\$ 10 bilhões ao mercado nesta semana. Essa oferta torna provável que as intervenções do BC alcancem US\$ 50 bilhões. Esse montante inédito de venda de dólar em um período de 40 dias é o sinal mais evidente de que o estresse do Brasil vem do mercado cambial. E pior: quando aumenta a aversão a países emergentes no mercado internacional.

Entre outros sinais de que o Brasil vive um momento de exceção está a greve dos caminhoneiros. O movimento paralisou o país por 11 dias, interrompeu a produção de bens e o abastecimento de gêneros alimentícios e combustíveis, entre outros. E o resultado? Queda no ritmo de crescimento da economia, menor probabilidade de criação de empregos e aumento da inflação que não desperta preocupação porque o indicador está há 11 meses seguidos abaixo de 3%.

Nesta semana, porém, o IPCA-15 de junho deve chamar a atenção. Esse índice, considerado prévia da inflação oficial (IPCA), deve incorporar pressões vindas da greve dos caminhoneiros, e poderá dar um salto repentino e agudo aproximando-se de 4% no cálculo em 12 meses.

Na quarta, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) anunciará uma nova taxa básica de juros, Selic, que deve permanecer nos atuais 6,50% ao ano. Parte do mercado avalia que um aumento da Selic seria recomendável para fortalecer o real, ante o dólar. Pesquisa realizada, na semana passada, pelo Valor PRO, mostra, porém, que apenas 1 de 45 economistas de bancos e consultorias entrevistados espera o aumento da Selic para 7% nesta semana. Todos os demais preveem manutenção do juro.

No relatório "Cockpit do Copom", distribuído na sexta-feira, o ex-diretor de Política Econômica do BC, atual economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, avalia que a Selic deve permanecer inalterada, em 6,50%, em um contexto de recuperação ainda mais gradual da atividade e sob influência do aperto das condições financeiras e paralisação dos caminhoneiros. Mesquita entende que as projeções de inflação do Copom provavelmente irão subir para 2018, se comparadas com as divulgadas em maio. Para 2019, a projeção no cenário de mercado provavelmente ficará estável, enquanto deve subir no cenário de referência que considera câmbio e juros constantes.

O economista reconhece que os riscos estão se tornando maiores tanto para a inflação quanto para atividade. E, embora o BC destaque que a política monetária não reagirá de forma automática à dinâmica do câmbio, Mário Mesquita calcula que a política monetária "continuará sensível à taxa de câmbio e, em especial, de seu impacto na inflação subjacente e expectativas de inflação".

Por ora, a Selic parece destinada a seguir em 6,50% até dezembro e a inflação deve seguir em direção à meta. O dólar é pressionado por três razões: os juros continuam subindo no mercado internacional; o Brasil já não paga o juro real espetacular do passado uma vez que a taxa Selic caiu de 14,25% ao ano para 6,50%; e o resultado das eleições é imprevisível, o que torna o país mais arriscado.

Está sendo amplificado e antecipado o receio de radicalização de posições entre direita e esquerda numa votação que pesquisas de opinião mostram continuar inclinada para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora condenado e preso.

Pesa o fato da eleição deste ano ser diferente das anteriores, inclusive, porque o presidente eleito substituirá Michel Temer - atual titular do posto - que substituiu a então presidente Dilma Rousseff que, em 2016, sofreu impeachment por crime de responsabilidade.

Em relatório recém distribuído aos clientes, o BTG Pactual, chama atenção para novas regras da corrida presidencial "extremamente incerta". Os principais

objetivos das novas regras, diz a instituição, são custos mais baixos da campanha e maior transparência no seu financiamento. O período oficial da campanha é mais curto do que em 2014, há menos tempo livre de campanha de TV e rádio e os programas de TV diários foram reduzidos. O financiamento de campanhas terá muito menos dinheiro disponível e virá principalmente de dois fundos: o Fundo de Financiamento de Campanha Especial e o Fundo do Partido, que juntos R\$ 2,6 bilhões.

Pessoas físicas podem doar até 10% de sua renda anual. Os candidatos são livres para financiar totalmente suas próprias campanhas (em 2014, o autofinanciamento foi limitado a 10% rendimento dos candidatos). As empresas não podem doar. A nova legislação também define limites de gastos. Um candidato presidencial pode agora passar um máximo de R\$ 70 milhões no primeiro turno e um extra de R\$ 35 milhões se ele chegar ao segundo turno.

A anatomia da dívida mundial

Valor Econômico - 18/06/2018

Howard Davies

No fim de maio, o Fundo Monetário Internacional publicou seu novo Banco de Dados da Dívida Mundial. Pela primeira vez, os estatísticos do FMI compilaram um conjunto abrangente de cálculos sobre dívida pública e privada, país por país, construindo uma série temporal que remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial. É um trabalho notável.

Os número agregado é impressionante. A dívida mundial atingiu um novo recorde de 225% do PIB mundial, superando o recorde anterior, de 213%, em 2009. Assim, como assinala o FMI, não houve nenhuma desalavancagem em nível mundial desde a crise financeira de 2007-2008. Em alguns países, a composição da dívida mudou, tendo a dívida pública substituído a dívida privada na recessão pós-crise, mas essa mudança agora praticamente cessou.

Serão esses grandes números alarmantes? Em termos agregados, talvez não. Numa época em que o crescimento econômico está robusto em quase toda parte, os mercados financeiros estão tranquilos quanto à sustentabilidade da dívida. As taxas de juro de longo prazo permanecem notavelmente baixas. Mas os números tendem a confirmar a hipótese de que a denominada intensidade de endividamento do crescimento aumentou: parece que necessitamos um nível de endividamento maior do que antes para sustentar uma dada taxa de crescimento econômico.

Talvez isso se deva, em parte, ao fato de que o crescimento da desigualdade de renda e riqueza nos países desenvolvidos redistribuiu o poder de compra em favor daqueles com propensão a gastar menos do que sua renda. Essa tendência estabilizou-se, recentemente, mas as implicações ainda estão presentes. Parece, também, que o crescimento da produtividade diminuiu, de

modo que um dado quantum de investimento gera menos produto do que anteriormente.

A recomendação do FMI aos governos é que consertem o telhado enquanto o sol está brilhando: acumulem um superávit fiscal, ou pelo menos reduzam os déficits nos bons tempos para que estejam mais bem preparados para a próxima crise, que certamente virá antes de muito tempo. O atual período de aquecimento está maduro. Isso põe o FMI em curso de colisão com o governo dos EUA, que cortou impostos, e, agora, com o novo governo italiano. Se os grandiosos planos dos italianos - de renda mínima e mais investimento público - forem implementados, logo se verão em discussões difíceis com o Fundo. A equipe que esteve em Atenas em anos recentes poderá em breve estar reservando assentos em voos para Roma.

Mas quais são as implicações se o crescimento da dívida concentrar-se principalmente no setor privado? Essa é uma questão para as autoridades de estabilidade financeira em cada país.

Depois da crise, foram introduzidos novos requisitos de capital muito mais rigorosos para os bancos, e um conjunto de ferramentas macroprudenciais foi desenvolvido para as instâncias regulamentadoras. A ideia é que as agências regulamentadoras devem ser capazes de "inclinarse contra o vento" de expansões de crédito excessivas, ampliando o volume de capital que os bancos precisam manter, com o objetivo de amortecer a oferta de crédito, antes que ela atinja um nível perigoso. O aumento pode ser imposto de forma generalizada ou focado nos empréstimos hipotecários, por exemplo, se o crescimento dos preços das moradias parecer preocupantemente rápido. Outras alternativas poderiam ser a imposição de limites máximos à relação entre o montante do empréstimo e o valor do imóvel, ou a exigência de uma entrada mínima na aquisição de moradias.

Novas autoridades foram criadas para supervisionar o uso dessas novas ferramentas macroprudenciais. O Conselho Europeu de Risco Sistêmico (CERS), presidido pelo presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, cumpre essa missão na União Europeia, e a Comissão de Política Financeira (CPF) do Banco da Inglaterra tem jurisdição interna no Reino Unido, embora o governador do Banco da Inglaterra seja também vice-presidente do CERS. Nos EUA, o Conselho Supervisor de Estabilidade Financeira é o órgão coordenador.

Mas existem diferenças importantes entre eles. O CPF é, de certa forma, o mais poderoso dos três. Ele pode impor um amortecedor anticíclico de capital aos bancos britânicos e, por vezes, ameaçou fazê-lo. Durante algum tempo, a Comissão considerou que os empréstimos pessoais não garantidos estavam crescendo rápido demais.

O CERS não pode agir discretamente, porém monitora estreitamente os Estados membros da UE e da EFTA e publica relatórios regulares. A avaliação mais recente, no mês passado, mostrou que os amortecedores adicionais

estão em vigor na Suécia, Noruega, Islândia, República Tcheca e Eslováquia, em resposta às condições particulares de crédito nesses países. A partir de então, a França entrou na lista. Na zona do euro, é claro, o BCE é o supervisor, de modo que Draghi pode exercer um mandato distinto e agir diretamente, se necessário, por meio de sua própria equipe.

A posição dos EUA é menos clara. A CSEF é coordenadora, e não uma agência fiscalizadora com poderes próprios. É uma tigela onde a sopa de letrinhas das instâncias regulamentadoras financeiras americanas é agitada de tempos em tempos. Não tem autoridade sobre seus membros e não pode impor amortecedores anticíclicos. Suas tentativas de categorizar as grandes seguradoras americanas como empresas globalmente sistêmicas foram frustradas pelos tribunais. Há aqueles, no Fed que desejam que assim não fosse, percebendo que sem o apoio do FSOC, presidido pelo secretário do Tesouro, será para eles difícil, se não impossível, acessar o kit de ferramentas macroprudenciais.

Devemos torcer, portanto, para que as exigências de capital definidas por Basileia sejam impostas pelas diversas agências regulamentadoras bancárias americanas sejam adequadas. Até agora, os percentuais não foram reduzidos, embora outras iniciativas desregulamentadoras, propostas por nomeados por Trump para as agências relevantes, estejam em andamento. Uma política macroprudencial pode estar funcionando como pretendido na Eslováquia, mas é improvável que venha em socorro onde ela é mais necessitada: no maior mercado financeiro do mundo.

A vitória da modernização do Brasil

O Globo - 18/06/2018

Helton Yomura

O Brasil saiu vitorioso de um embate protagonizado este mês, na 107ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça. Apesar da injustiça cometida pela própria OIT, ao incluir a modernização da legislação trabalhista brasileira em uma lista de casos suspeitos, que deveriam ser examinados por sua Comissão de Normas, os debates que se seguiram apontaram para o óbvio de que a nova lei respeita os direitos previstos na Convenção 98 daquela entidade. Depois de ouvir os argumentos dos trabalhadores e dos empregadores, além de uma defesa eminentemente técnica do Ministério do Trabalho, a organização não se manifestou sobre o mérito do caso. Solicitou apenas que o Brasil apresente novos esclarecimentos sobre a questão, o que deverá ser feito até novembro, para que então se tenha um posicionamento definitivo da OIT.

Essa atitude demonstrou que as alegações contra a Lei 13.467/2017, em vigor desde novembro do ano passado, não faziam sentido e não deveriam estar em pauta na comissão. Afinal, não havia base técnica nas argumentações contrárias e estava sendo desrespeitado o prazo normal para a análise da reforma trabalhista. O único propósito desse desrespeito era dar projeção

internacional aos opositores da modernização, com um discurso políticopartidário sem base técnica.

A comissão da OIT, no entanto, não acatou a acusação de que o Brasil estaria violando a Convenção 98, o que já representa um entendimento favorável à nova lei. Sabe-se que a comissão costuma ter posicionamentos muito claros quando quer expressar preocupação ou dizer que algum país não segue determinadas normas. No caso específico do Brasil, não houve qualquer manifestação nesse sentido.

Percebe-se que a comissão não acolheu a tese apresentada. Além disso, admitiu que a análise foi feita fora do ciclo regular, sem obedecer aos prazos previstos, pois o caso brasileiro só deveria ser avaliado em 2019, dentro de um processo normal, e não na conferência deste ano. Agora, o Ministério do Trabalho está elaborando o relatório pedido pela OIT, com informações que reforçam a conformidade da reforma trabalhista com a Convenção 98, já que ambas promovem negociações livres e irrestritas nas relações de trabalho.

Como os membros da comissão da OIT puderam constatar, a nova legislação trabalhista não só encoraja a negociação coletiva, como reforça o direito de opção dos trabalhadores em uma negociação voluntária, considerando as alternativas mais favoráveis. Ao proporcionar segurança jurídica e confiabilidade à negociação coletiva, sem tirar a proteção aos trabalhadores, a modernização trabalhista está trazendo as relações de trabalho em nosso país para a realidade do Século 21. Ela ainda pode e deve ser aprimorada, mas os resultados já observados até aqui confirmam que o Brasil está avançando.

Sim, o Brasil da geração de empregos, do desenvolvimento econômico e social, está de volta. Ainda com um longo caminho a percorrer, é verdade, mas promovendo e fortalecendo o diálogo entre trabalhadores e empregadores, agora com segurança jurídica e a garantia dos direitos constitucionais. O que se viu em Genebra foi que aqueles que resistem às mudanças necessárias para o crescimento estão perdendo força. A Conferência da OIT serviu apenas como oportunidade para o Brasil mostrar à comunidade internacional os avanços trazidos pela nova legislação.

Ainda em Macondo

O Globo - 18/06/2018

Paulo Guedes

A radiação cósmica de fundo revela um universo econômico em expansão. Como o Brasil cresce bem menos que os países emergentes e a economia mundial, há uma indisfarçável indignação com esse medíocre desempenho. Mas nada há de surpreendente, pois a taxa média anual de crescimento está pouco acima de 2% nas últimas duas décadas e meia. O baixo crescimento surge ainda no crepúsculo do regime militar, no início dos anos 1980, e se estende aos dias de hoje, atravessando mandatos presidenciais das três

versões relevantes da social-democracia nativa: a fisiológica (PMDB), a ideológica (PSDB) e a sindicalista (PT).

Em vez de surpreender, o fenômeno comove pela regularidade. O Brasil é prisioneiro da armadilha dirigista do baixo crescimento. A social-democracia promoveu descontrole dos gastos públicos, impostos excessivos, juros elevados, câmbio deprimido e baixas taxas de investimento. O combate à inflação dissociado da reforma do Estado foi disfuncional. Há governo demais onde não deveria haver, e governo de menos em suas funções críticas.

A segurança é uma das funções clássicas do Estado. Thomas Hobbes diagnostica em “Leviatã” (1651): “Quando os homens vivem sem uma autoridade para impor respeito, resulta uma guerra de todos contra todos... Não há estímulo para o trabalho, pois seus frutos são incertos... Haverá sempre o medo e o perigo da morte violenta; a vida é solitária, pobre, desagradável, bruta e curta”. Pequenos comerciantes, jovens das periferias e agora também a classe média compreendem a mensagem.

A justiça é outra das funções clássicas do Estado. Prossegue Hobbes: “Outra consequência da guerra de todos contra todos é que se perdem as noções de certo e errado. Onde não há poder constituído, não há lei; onde não há lei, não há justiça. A força e a fraude tornam-se virtudes”. Os proprietários rurais, o Movimento dos Sem-Terra e agora também os políticos entendem a mensagem.

Se um Estado que gasta 40% do PIB não consegue prover essas funções básicas que explicam sua constituição em sociedades primitivas, imagine as exigências contemporâneas como educação básica, saúde pública e renda mínima contra a miséria. P.S.: trecho sobre a preservação de vidas e propriedades publicado nesta coluna em 27 de fevereiro de 2006.

OCDE, livre comércio e Otan **O Globo - 18/06/2018**

Rodrigo Botero Montoya

No dia 30 de maio, o presidente Juan Manuel Santos assinou em Paris a entrada da Colômbia na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No dia seguinte, assinou em Bruxelas o acordo mediante o qual a Colômbia adere à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), como sócio global, categoria à qual também pertencem países não membros, como Austrália e Japão. A coincidência de datas das duas cerimônias não tem uma explicação distinta à disponibilidade de tempo na agenda presidencial e a proximidade das duas capitais europeias. Apesar disso, o anúncio quase simultâneo do ingresso à OCDE e a associação com a Otan deu origem ao mal entendido de que poderia haver uma relação de causalidade entre os dois eventos, embora não seja o caso.

Trata-se de dois processos independentes, com cronogramas próprios, que se referem a temas diferentes: a qualidade das políticas públicas e a segurança nacional. Os temas mencionados têm elementos em comum com a assinatura de tratados de livre comércio com a América do Norte e a União Europeia, assim como a participação do Banco da República no Banco de Compensações Internacionais, com sede em Basileia, autorizada pelo Congresso em 2011.

Mas, como deferência aos países latino-americanos amigos, convém colocar a associação com a Otan em contexto, porque alguns dirigentes bolivarianos a estão fazendo parecer como o espectro de uma agressão extrarregional. A associação da Colômbia com a Otan não é uma decisão improvisada. Tampouco é novidade. Começou no ano de 2009. Em 2013, assinou-se um primeiro acordo de troca de informação e cooperação em treinamento de pessoal militar. A Marinha Nacional participou de uma operação da Otan contra a pirataria no litoral nordeste da África. O acordo atual, que contribui para modernizar as Forças Armadas, permitirá à Colômbia participar das reuniões dos chefes de Defesa dos países-membros da Otan.

O processo de liberalização gradual do comércio externo, iniciado no fim da década de 1980, se intensificou nos anos 1990 a 1994, e continuou avançando depois da pausa entre 1994 e 1998. No ano de 2005, a Colômbia estava disposta a participar do esquema de livre comércio hemisférico, Alca, provido então pelo governo dos Estados Unidos. Essa iniciativa se frustrou pela oposição dos presidentes Hugo Chávez, Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, que contava com a assessoria intelectual de Diego Maradona.

A Colômbia assinou um tratado de livre comércio com os EUA e acordos similares com Canadá e a União Europeia. O tratado de livre comércio com os EUA serviu de pretexto a Chávez para retirar a Venezuela da Comunidade Andina (CAN).

Embora a negociação do acesso à OCDE tenha se iniciado a partir de 2013, a primeira aproximação em relação a esta entidade ocorreu em 1976. O que os processos mencionados revelam é a criação de um crescente consenso em torno do propósito de fortalecer os vínculos com as democracias industrializadas.

Vanguarda do atraso

O Globo - 18/06/2018

Guilherme Feliciano

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) promoveu, em Belo Horizonte, em maio, o 19º Congresso Nacional de Magistrados do Trabalho, que, com a participação de cerca de 700 juízes de todo o país, recebeu e debateu número recorde de teses sobre os mais diversos temas da reforma trabalhista (Lei 13.467/ 2017). Nada mais natural. Surpreendentemente, vozes isoladas criticaramnos por... debater.

Nestes tempos estranhos, em que o oportunismo, a superficialidade e o extremismo não raro têm prevalecido sobre a transparência, a dialética e a racionalidade, causa espécie a ousadia com que alguns — um deles o próprio relator da reforma na Câmara dos Deputados — apressam-se em acusar os juízes congressistas de “autoritarismo”, de “agirem contra a lei” e de “desprezarem o pluralismo e a Constituição”.

Falta-lhes credibilidade bastante, solapada pelo resultado pífilo que a reforma trabalhista tem apresentado até aqui, notadamente quanto à geração quantitativa e qualitativa de empregos e à promoção de “segurança jurídica”. Também lhes falta entendimento técnico-jurídico de que tais críticas são quase um “nonsense” jurídico.

Critica-se a Anamatra porque as teses aprovadas teriam sido “anunciadas como definitivas, como se vinculassem os magistrados”. Falso. Desafio que demonstrem onde e quando alguém de nós afirmou, em qualquer espaço ou momento, serem tais teses “vinculantes”.

É elementar que teses de fóruns e congressos de magistrados não se confundem com súmulas de jurisprudência editadas por tribunais. As súmulas, vinculantes ou não, sintetizam a reiteração e a convergência das decisões de um tribunal sobre determinado tema. Já as teses de fóruns e congressos decorrem de estudos e debates científicos e objetivam orientar a atuação política e científica da entidade promotora; em conclaves de juízes, colaboram também para a evolução crítica da atividade judicante.

Para a interpretação e a aplicação de novos textos de lei, todos os juízes do planeta valem-se da combinação de variadas técnicas hermenêuticas, como a interpretação lógico-sistemática e teleológica, o controle de convencionalidade e o controle difuso de constitucionalidade. Não foi outro o entendimento consolidado nas principais teses do 19º Conamat.

Pelo dito, o leitor poderá aquilatar onde reside o despreço pelo pluralismo e pela separação de poderes. Pretender tolher uma associação civil do seu direito de promover os próprios estudos e debates é retroceder ao século 18 e à Lei Le Chapelier (1791), demonizadora dos “corpos intermediários”, que atuam entre o Estado e o indivíduo — como são as associações, os partidos políticos e os sindicatos. Nada há de “moderno” nisto.

Brasília não resolve dilema dos distratos

Correio Braziliense - 18/06/2018

Mercado S/A

Não é mesmo fácil negócio no Brasil. A regulamentação do distrato, termo usado nas ocasiões em que o comprador do imóvel desiste do contrato e pede o dinheiro de volta, parecia bem encaminhada com o Projeto de Lei aprovado recentemente na Câmara dos Deputados. Parecia. Nos últimos dias, cresceu

em Brasília um movimento para que o texto sofra alterações no Senado. O presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), alega que é preciso debater melhor a questão. Eunício encomendou um estudo para analisar os impactos das novas regras – o que irritou incorporadoras, construtoras e todas as partes envolvidas no negócio imobiliário. O temor do setor da construção é que a tal análise se arraste por tempo demais e que o projeto fique só para o ano que vem, como quase todos os assuntos importantes neste fim de governo. Segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), 33,7 mil contratos foram desfeitos no país entre março de 2017 e fevereiro de 2018, o equivalente a 30% das vendas totais.

PSA dá as mãos ao Itaú

O grupo francês PSA, dono de marcas globais como Peugeot, Citroën, DS e Opel, firmou uma parceria com o Cubo, centro de empreendedorismo do Itaú, com o objetivo de abrir frentes inovadoras. A cooperação, por meio do laboratório Business Lab, é um meio de acelerar parcerias com as startups presentes no Cubo Itaú, que poderão conhecer melhor as necessidades e os desafios tecnológicos da indústria automotiva.

“O Bitcoin é realmente controlado pela China. Existem quatro mineradores no país que controlam mais de 50% do Bitcoin. Como sabemos que a China não intervirá? Quantos países querem usar uma moeda controlada pela China?”

Brad Garlinghouse, CEO da Ripple, a terceira criptomoeda com maior valor de mercado

Rapidinhas

A Cia. Hering está em busca de novos caminhos para voltar a crescer depois de cinco anos consecutivos de queda nas vendas. O grupo gestor das marcas Hering, Hering Kids, PUC e Dzarm está à procura de startups da área do varejo. A ideia é selecionar 15 delas para desenvolver soluções inovadoras e aplicáveis aos negócios da empresa.

O executivo de uma grande montadora passou os últimos dias tentando agendar uma reunião com integrantes do alto escalão do governo para debater os entraves do programa Rota 2030, o novo balizador do setor que teima em não sair. Apesar da insistência, o profissional não conseguiu o encontro. “Fiquei com a impressão de que o governo acabou antes do tempo”, diz.

Pela primeira vez na história da indústria automobilística, duas mulheres vão comandar uma gigante do setor. A GM anunciou Dhivya Suryadevara como sua nova diretora financeira. É o segundo cargo mais importante da montadora, só atrás da presidência.

Desde 2013, a GM é presidida por uma mulher, Mary Barra, que tem sido apontada como a melhor CEO que a empresa já teve. Mary liderou movimentos difíceis, como a venda da Opel, a deficitária unidade europeia, e tornou a GM novamente relevante em um cenário de rápidas mudanças. Foi por decisão dela que a GM faz investimentos maciços em carros elétricos e autônomos.

Os 100 mil robôs da Amazon ameaçam os empregos?

A tecnologia vai roubar o emprego dos humanos? Não há consenso sobre isso. A Amazon tem 100 mil robôs autônomos que transportam mercadorias em seus galpões. Segundo Jeff Bezos, CEO e fundador da companhia, as máquinas expandem o campo de possibilidades dos funcionários e não o contrário. Graças aos autônomos, diz Bezos, o processo produtivo é mais ágil, o que aumenta a eficiência do negócio. Empresas eficientes crescem mais – e isso gera empregos. Trabalham na Amazon 500 mil pessoas.

Fusão bilionária no mar

Duas gigantes do mercado de cruzeiros marítimos estão se unindo. A Royal Caribbean Cruises vai comprar 66,7% do capital da Silversea Cruises por cerca de US\$ 2 bilhões. A união inclui troca de ações, incorporação de dívida e pagamento em dinheiro. Segundo o CEO da Royal Caribbean, Richard Fain, o negócio irá fortalecer a companhia no segmento de luxo. “A Silversea é a joia da coroa da nossa indústria e nos ajudará a impulsionar o crescimento em mercados importantes”, diz.

150 milhões de euros

é quanto a Unilever deverá perder em vendas no segundo trimestre no Brasil. O valor se deve principalmente à interrupção, durante 11 dias, das entregas de insumos em fábricas e de produtos em lojas por causa da greve dos caminhoneiros

Reformas na saúde e educação

DCI - 18/06/2018

Igor Soares

Em 1928, quando era prefeito de Palmeira dos Índios (Alagoas), o escritor Graciliano Ramos escreveu uma carta ao governador do Estado dizendo que o primeiro trabalho ao qual ele se dedicou – e do qual dependiam os demais – fora estabelecer ordem na administração municipal. Sem essa precondição, dizia o autor de *Vidas Secas* e *Memórias do Cárcere*, as ações da administração municipal não poderiam ser realizadas a contento.

Foi essa mesma preocupação que norteou a decisão da Prefeitura Municipal de Itapevi (SP) de realizar uma ampla reforma administrativa de modo a reduzir a burocracia desnecessária e aumentar a eficácia do serviço público municipal no atendimento aos munícipes.

Além disso, a Prefeitura atua para melhorar o atendimento nas áreas de Saúde e Educação – prioridades para qualquer governo responsável –, driblando as graves dificuldades advindas da crise econômica, como diminuição da arrecadação e dos repasses estaduais e federais à cidade. Nas três áreas foram feitas parcerias com empresas de referência.

Para realizar a reforma administrativa, a Prefeitura contratou os trabalhos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Transformado em Projeto de Lei e aprovada pela Câmara Municipal, a reforma está em fase de implantação. Ela reduz o número de cargos em comissão de 292 para 184 e prevê que 30% dos cargos comissionados deverão ser preenchidos exclusivamente por servidores efetivos.

Além disso, o projeto estipula que todos os professores do magistério receberão ao menos o piso salarial da categoria, que hoje é de R\$ 2.455,35 para uma jornada de 40 horas semanais.

A reforma prevê ainda o reenquadramento dos salários dos guardas municipais, agentes da Defesa Civil, motoristas de ambulâncias e do SAMU e recepcionistas dos Prontos Socorros.

Na Educação, a Prefeitura firmou um convênio com o Sistema SESI de Educação para o fornecimento de material didático aos alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental, que vai do 1º ao 5º ano, com alunos de 6 a 11 anos. A iniciativa beneficia mais de 18 mil estudantes e abrange 42 escolas.

O Sistema SESI também capacita professores e gestores da rede municipal (diretores e vice-diretores, além de coordenadores pedagógicos). Cerca de 820 docentes são beneficiados por essa capacitação.

No tocante à Saúde, todos sabemos das condições difíceis por que passa a saúde pública no Brasil, principalmente nos municípios, aos quais foram transferidas grandes responsabilidades sem a correspondente alocação de recursos. Para enfrentar esse desafio, a Prefeitura de Itapevi contratou a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein para fazer um diagnóstico aprofundado dos recursos de saúde no município.

Entre esses serviços estão a atenção primária; psicossocial; urgência e emergência especializada; a análise da gestão clínica e a aplicação de recursos financeiros, materiais e físicos na rede municipal. O trabalho também ajudará a implementar indicadores de gestão para acompanhar a evolução dos serviços.

O famoso consultor austríaco Peter Drucker dizia que não podemos prever o futuro, mas podemos ajudar a criá-lo.

Temos certeza de que as iniciativas que a Prefeitura tomou e está tomando, principalmente nas áreas de Administração, Saúde, e Educação, estão construindo um futuro melhor para a nossa cidade e para seus munícipes.

Acordo entre Mercosul e UE fica mais longe de um desfecho

O Estado de S. Paulo - 18/06/2018

O acordo do Mercosul com a União Europeia não deve ser concluído este ano, como previa o Itamaraty. É o que acreditam os chanceleres do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, e da Argentina, Jorge Faurie. Ontem, na reunião preparatória para o encontro dos presidentes do Mercosul, em Assunção, no Paraguai, Novoa defendeu que o bloco deveria “determinar prioridades reais de negociações”, destacando um possível entendimento com a China. O Uruguai assume hoje a presidência semestral do bloco.

“Não podemos perder as esperanças, mas sentimos que estamos próximos de presenciar uma ruptura”, disse Novoa sobre o acordo com a UE. Em tom de ultimato, ele afirmou que a União Europeia precisa demonstrar “uma vontade real de concluir essa negociação”. “Aprendemos que o Mercosul está em condições de definir posições negociadoras e que tem vontade de realizar acordos. Não é necessário iniciar do zero. Temos em frente várias negociações que poderiam ser finalizadas em menos de dois anos, muitos países que miram comercialmente nosso bloco. Pensemos em China”, continuou o chanceler uruguaio.

Faurie concordou com o chanceler uruguaio e disse estar certo de que essa “famosa janela de oportunidade” do acordo com a União Europeia está prestes a se fechar, lembrando que as tratativas já duram mais de 20 anos. O chanceler argentino afirmou também que um possível entendimento com a China não pode ser evitado.

“Precisamos reunir os consensos que existem nesse processo para concluir o acordo, que já passa de 20 anos de negociação. A Argentina está disposta a saber o que podemos fazer, como podemos fazer, e não podemos esquecer o elefante que está dentro da sala”, declarou o chanceler argentino.

Mais otimista. O ministro de Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, foi mais otimista em relação a um possível acordo com a União Europeia ainda em 2018. “Penso que é preciso tratar esse assunto com o pessimismo da razão e otimismo da vontade”, comentou brevemente em seu discurso. Em conversa com a imprensa, após a reunião, o ministro disse que “estamos próximos de um entendimento” com a UE. “Não é desarrazoado imaginarmos uma conclusão política ainda neste semestre.”

Na reunião, Aloysio não mencionou a questão da China nenhuma vez. Depois, ao ser questionado sobre o assunto por jornalistas, respondeu que é “importante” a iniciativa do Uruguai de propor a retomada do diálogo do Mercosul com a China, mas ponderou que o tema ainda é “árido”.

Na semana passada, deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e entidades do setor produtivo cobraram do ministro de

Relações Exteriores esclarecimentos sobre o andamento das negociações do acordo de livre-comércio do Mercosul com a UE.

“Penso que é preciso tratar esse assunto com o pessimismo da razão e otimismo da vontade” Aloysio Nunes

MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Ritmo de alta menos agressivo

Valor Econômico - 18/06/2018

O presidente do Federal Reserve de Dallas, Robert Kaplan, afirmou que, na sua opinião, o cenário base continua sendo de três elevações dos juros nos EUA neste ano - e não quatro -, pois ele acredita que o crescimento econômico pode começar a desacelerar em 2019. "Nós deveríamos estar elevando os juros, mas de maneira bem gradual", disse Kaplan, em evento na sexta na cidade de Fort Worth, Texas. O integrante do Fed disse que o crescimento econômico dos EUA está "bem forte" neste ano, e que a taxa de desemprego, agora a 3,8%, provavelmente seguirá "em direção aos 3,5%". Mas ele disse que o crescimento pode começar a desacelerar no ano que vem e no longo prazo, tornando um ritmo mais agressivo de elevações desnecessário.

China diversifica sua atuação na América Latina

Valor Econômico - 18/06/2018

No início do mês, foi a crescente presença financeira chinesa na América Latina que causou surpresa. O Banco Central da Argentina disse estava negociando uma linha de swap de US\$ 5 bilhões com o Banco do Povo da China (banco central chinês), paralelamente ao pacote de ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) à Argentina de US\$ 50 bilhões. Ao mesmo tempo, o estatal Bank of China se instalou no Chile, com planos de expansão para a Argentina e o México. Na semana passada, de abertura da Copa do Mundo na Rússia, chamou a atenção o crescente papel da China também no futebol latino-americano.

Embora a China não seja uma superpotência futebolística, sabe-se que este é o esporte favorito do presidente Xi Jinping. O governo central estabeleceu metas para que a equipe nacional se torne, até 2030, a melhor da Ásia, e conquiste uma Copa do Mundo até 2050, segundo a Novam Portam, uma firma de consultoria sino-latina. Para fomentar essa ascensão, Pequim investiu prodigamente em jogadores de futebol estrangeiros, especialmente astros latino-americanas. Em 2012, os clubes chineses gastaram US\$ 51 milhões em transferências. Em 2016, esse gasto disparou para US \$ 451 milhões.

O crescente papel da China na América Latina é bem conhecido - e é uma preocupação para aqueles que, nos EUA, temem que isso sinalize uma influência americana cada vez menor no hemisfério. Entre 2006 e 2016, o

comércio entre as duas regiões cresceu mais de 200%, enquanto o comércio entre os EUA e a América Latina cresceu apenas 38%. Muitas das apostas da China na região, desde então, como se sabe, azedaram, especialmente os US\$ 60 bilhões emprestados à Venezuela em troca de petróleo. É por isso que os empréstimos do governo chinês para Estados sul-americanos caíram para "apenas" US\$ 9 bilhões em 2017.

Mas o papel da China na América Latina está longe de encolher. Os chineses estão se diversificando em setores não tradicionais, como tecnologia e serviços de táxi via aplicativos, com a Didi, concorrente da Uber. Eles também estão se distanciando de Estados esquerdistas em dificuldades para acessar mercados financeiros, como a Venezuela e o Equador, e aproximando-se de países mais bem administrados e maiores, para onde Pequim pode exportar seus excedentes de capacidade, sejam financeiros ou de infraestrutura.

A China construiu duas usinas nucleares na Argentina, uma auto-estrada na Colômbia, um porto para contêineres no Brasil e tem uma participação de 35% na terceira maior empresa de energia brasileira. Apesar de o México ser até agora um retardatário, não é difícil imaginar que a China desempenhe um papel importante nos planos do provável próximo presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, de construir uma ferrovia transnacional. De fato, a equipe de López Obrador já mencionou a China como sendo um parceiro em potencial.

A americana National Endowment for Democracy citou o aumento da penetração da China na América Latina - em finanças, infraestrutura, intercâmbio cultural ou no desembolso recorde de aproximadamente US\$ 70 milhões, em 2016, para a transferência do jogador brasileiro Oscar dos Santos Emboaba, do Chelsea, para o Xangai SIPG - como um exemplo do crescente "poder" da rival na região. Mas isso pode ser um alarmismo exagerado.

Por exemplo, a China é hoje um parceiro comercial tão importante que, como disse recentemente Jorge Heine, embaixador chileno na China: "Quando ouço argumentos no sentido de que a América Latina reconsidere a relação com a China... [digo] que não seria possível".

A América Latina certamente não é ingênua quanto as vantagens e desvantagens da crescente presença chinesa. Muitos se queixam do esvaziamento da base manufatureira em seus países: a maioria das fantasias para o carnaval brasileiro, por exemplo, são confeccionadas na China, e em 2003 o economista Barry Eichengreen observou que mais sombreros são produzidos na China do que no México.

Mas o crescente papel chinês não surpreende, tendo em vista a abordagem de "poder truculento" dos EUA na região, incentivada por Donald Trump, ou o esvaziamento, por Washington, de seu experiente corpo diplomático latinoamericano. Além disso, competição não é a própria base do capitalismo democrático que os EUA promovem?

Economia da Alemanha já sente os efeitos do protecionismo de Trump

Valor Econômico - 18/06/2018

As ameaças comerciais do presidente dos EUA, Donald Trump, não estão afetando apenas os brios na Alemanha. Elas começam a pesar sobre a economia do país.

A maior economia da União Europeia (UE), cujo vigor exportador vem sustentando o continente há mais de uma década, está esfriando mais rápido que o esperado, no que economistas veem como as consequências iniciais das medidas protecionistas dos EUA.

A desaceleração acontece no momento em que a Europa sai gradualmente de uma ressaca econômica causada pela crise da dívida do continente em 2010.

Após anos de um crescimento vigoroso alimentado pela demanda externa por automóveis de luxo e produtos de engenharia, a Alemanha viu sua taxa anualizada de crescimento cair mais ou menos pela metade no primeiro trimestre de 2018. As exportações recuaram em três dos primeiros quatro meses do ano, as encomendas ao setor industrial estão em baixa e os indicadores de sentimento do mercado estão em queda livre.

A fraqueza não pode ser atribuída somente à política da "EUA em primeiro lugar" do presidente Trump. Um inverno rigoroso e uma epidemia de gripe parecem ter enfraquecido o crescimento no começo do ano. Mas as notícias ruins têm sido persistentes desde então e agora os economistas estão buscando outras explicações.

"Está claro que as preocupações com o protecionismo e a política externa mais agressiva dos EUA começaram a ter implicações econômicas reais", diz Oliver Rakau, economista da consultoria Oxford Economics, em Frankfurt.

Como a Alemanha depende muito do comércio internacional, economistas afirmam que as ameaças protecionistas que vêm da Casa Branca estão tendo um efeito inibidor mesmo na ausência de uma guerra comercial declarada, afetando o sentimento e a atividade econômica.

Na semana passada, o Ministério da Economia da Alemanha alertou que a disputa comercial está levando algumas empresas a adotar a posição de "esperar para ver" em relação aos investimentos.

No início do mês, Trump reiterou a ameaça de subir as tarifas sobre automóveis importados, a principal indústria da Alemanha, e ameaçou fechar o mercado americano para outras nações industriais se ele não conseguir termos comerciais melhores com elas.

Uma decisão anterior do governo Trump de sobretaxar as importações de aço e alumínio enfureceu as autoridades da UE, que abriram uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas dos EUA e anunciaram que irão retaliar com sobretaxas as exportações americanas- que serão implementadas no começo de julho.

"Uma escalada do conflito comercial nos afetaria", disse Wolf-Henning Scheider, executivo-chefe da ZF Friedrichshafen, uma importante fornecedora da indústria automobilística. "O setor automobilístico global é uma rede altamente complexa de fluxos de produtos e essas discussões estão envenenando nossos negócios."

A Alemanha é o terceiro maior exportador do mundo, atrás apenas da China e dos EUA. Em 2017, o país exportou € 111,5 bilhões em bens para os EUA, dos quais € 28,6 bilhões em automóveis e autopeças, segundo a agência de estatística da Alemanha.

"Nenhum outro país do mundo sofreria perdas absolutas maiores com as tarifas dos EUA sobre automóveis, do que a Alemanha", diz Gabriel Felbermayr, diretor do Ifo Institute, um centro de estudos de Munique.

A taxa de crescimento anualizada da Alemanha desacelerou para 1,2% no primeiro trimestre, depois de crescer 2,5% nos últimos três meses de 2017, refletindo a queda nas exportações. Em comparação, a economia dos EUA cresceu 2,3% no primeiro trimestre.

Dados recentes sugerem que a Alemanha tem mais más notícias pela frente. As encomendas ao setor industrial do país um indicador da produção futura - caíram pelo quarto mês consecutivo em abril, enquanto a produção industrial encolheu 1,7% naquele mês em relação a março, segundo dados da agência de estatística.

"A desaceleração econômica que estamos observando agora deverá ser mais pronunciada", acredita Clemens Fuest, presidente do Ifo Institute.

O desvario comercial de Trump também está deixando os consumidores alemães inquietos, segundo o presidente do instituto de pesquisas Forsa, Manfred Güllner. Cerca de 43% dos alemães acreditam que as condições econômicas do país vão se deteriorar nos próximos anos, de apenas 26% em janeiro, segundo o Forsa.

Mas os economistas não estão dizendo que a Alemanha está à beira de um colapso. O setor de construção continua aquecido e uma carteira saudável de encomendas ao setor industrial manterá as empresas ocupadas por mais uns dois meses. Além do mais, o governo deverá aumentar seus gastos no segundo semestre, o que ajudará a amenizar os efeitos do comércio mais fraco.

Embora os especialistas estejam mais otimistas com a economia dos EUA, graças em grande parte aos grandes cortes nos impostos promovidos por Trump, eles estão cada vez mais nervosos com as perspectivas para a Alemanha.

No início do mês, economistas do Barclays reviram suas previsões de crescimento para a Alemanha no segundo trimestre para uma taxa anualizada de 1,7% (ante os 2,5% anteriores), enquanto economistas do Commerzbank veem a economia crescendo cerca de 1,2% no segundo trimestre.

"Ainda há muitas encomendas nas carteiras e isso manterá as companhias em ação por algum tempo", diz Ralph Wiechers, economista-chefe da federação de empresas de engenharia VDMA. "Mas o crescimento econômico perdeu seu dinamismo."

Sobretaxas têm impacto limitado no PIB dos EUA

Valor Econômico - 18/06/2018

As novas tarifas do presidente Donald Trump sobre o comércio exterior vão ceifar, no máximo, alguns décimos de ponto percentual do crescimento dos EUA e adicionar valor semelhante à inflação. É uma mixaria para uma economia de US\$ 19 trilhões, que está experimentando a segunda expansão mais prolongada já registrada.

Na sexta-feira, a Casa Branca impôs tarifas sobre US\$ 50 bilhões em produtos importados da China, medida que veio se somar a pesadas sobretaxas impostas às importações de aço e de alumínio implementadas no início de junho.

Os consumidores e empresas americanos assimilaram as tarifas e a economia, em expansão, incorporou mais trabalhadores, reduzindo o desemprego a níveis nunca vistos desde a década de 60. Os custos têm sido administráveis por ora: o secretário de Comércio, Wilbur Ross disse que a tarifa sobre aço e alumínio, por exemplo, irá acrescentar poucas centenas de dólares ao custo de um carro.

As retaliações comerciais impostas pela China se limitaram principalmente, até agora, ao setor agrícola, uma pequena parte do conjunto da economia americana.

Isso tudo poderá mudar se Trump adotar mais medidas protecionistas, talvez desencadeando uma liquidação no mercado de ações que comprometeria o grau de confiança das empresas e dos consumidores, argumenta Michael Gapen, economista-chefe do Barclays para os EUA.

Os riscos ocorrem num momento que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) elevou as taxas de juros reais para o território positivo pela primeira vez em mais de dez anos - elevando o custo do crédito aos consumidores.

Trump já ameaçou anular o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, nas iniciais em inglês) após um ano de negociações inconclusivas com Canadá e México, e determinou a abertura de uma investigação sobre se os EUA deveriam impor tarifas sobre importações de automóveis, já que, segundo diz, elas ameaçam a segurança econômica americana.

"Políticas anticomércio exterior, especialmente tarifas, fazem as vezes de um imposto sobre os consumidores e as empresas, ao elevar o custo do comércio. Ao criarem incerteza, elas deprimem as avaliações dos ativos, o que poderá enfraquecer a capacidade das famílias de sustentar os gastos e reduzir a disposição das empresas em investir", disse Gapen, do Barclays.

As ações comerciais multilaterais de Trump superam - em muito - iniciativas recentes dos EUA. Antes dos atos de Trump, a maior medida foi a imposta nos anos 1980, quando Washington obrigou o Japão a limitar a exportação de automóveis. O principal negociador de comércio exterior de Trump, Robert Lighthizer, foi providencial nesse acordo, que contribuiu para blindar as montadoras de Detroit da concorrência japonesa, mas a um custo.

De acordo com uma estimativa do centro de análise e pesquisa PERC, o custo dessa medida em termos de preço adicional ao consumidor americano foi de US\$ 1.200 por carro. O total das perdas sofridas pelo consumidor com as restrições alcançou US\$ 13 bilhões, disse o PERC em relatório de 1999.

China, Europa, Canadá e México não cederam como o Japão fez na década 80, e já fixaram suas tarifas em reação à iniciativa de Trump.

Os aliados americanos têm se exasperado com a recusa de Washington em negociar isenções para as tarifas sobre o aço e o alumínio, e o problema contaminou a reunião do G-7 (grupo das nações mais industrializadas) no início do mês, onde Trump ficou isolado.

"Com relação aos nossos aliados de Europa, Japão, Canadá e outros, existe perigo real em mover uma 'guerra de cada um contra todos', que poderá reduzir o bem-estar do mundo inteiro, inclusive o dos EUA", escreveram Jeffrey Frieden e Joel Trachtman, da Universidade Harvard e da Faculdade Fletcher de Direito e Diplomacia da Universidade Tufts, na sexta-feira.

Pessimista sobre acordo com a UE, Mercosul volta os olhos para a China

Valor Econômico - 18/06/2018

Chanceleres dos países do Mercosul já veem com pessimismo a possibilidade de fechar no curto prazo um tratado de livre comércio com a União Europeia. Embora o discurso do Itamaraty ainda seja o de que é possível firmar acordo até o fim do governo Temer, sinais emitidos durante a reunião de cúpula do bloco, que ocorre no Paraguai, são de que isso dificilmente ocorrerá.

Representantes da Argentina e do Uruguai, que assume a presidência pro tempore do grupo, sugerem de que é hora de buscar alternativas, como a China.

"Não podemos nos permitir perder as esperanças, mas sinto que estamos perto de presenciar uma ruptura, como em 2004", disse ontem o chanceler Rodolfo Nin Novoa. "O Mercosul está pronto, mas do outro do lado sentimos que não há a mesma correspondência."

Novoa indicou que, diante de uma possível falta de acordo com a União Europeia, o Uruguai priorizaria em sua gestão tratativas para eliminar barreiras ao mercado chinês, sobretudo aos produtos agrícolas.

"Temos forte desvantagem de ingresso no mercado [chinês]", disse Novoa a redes de TV. "Há países com tarifa de 0,5% a 1% para entrar nesse grande mercado, e o Mercosul tem ao redor de 14%. Temos que nos colocar em igualdade de condições para competir de uma forma mais justa."

A Argentina, a mais entusiasta em relação a um acordo com a UE, também está pessimista. "Estamos certos que a janela de oportunidade começa a entortar", disse o ministro das Relações Exteriores, Jorge Faurie.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse sobre a UE "que é preciso tratar esse assunto com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade". Ele se mostrou, porém, mais otimista que os colegas sobre a possibilidade de acordo.

"Eu penso que nós estamos perto de ter um acordo", disse Aloysio. "Faltam ainda algumas questões que precisam ser acordadas, questões relativamente complicadas, mas para as quais nós temos caminho para o entendimento."

Ele apontou que há dificuldades em temas como propriedade intelectual e no setor marítimo. Mas afirmou que há avanços em outras áreas, como setor automobilístico. Para ele, "não é desarrazoado" imaginar a conclusão política do acordo "ainda neste semestre".

Há tempos, diplomatas sul-americanos vêm afirmando que o Mercosul já fez grandes concessões na área agrícola. Eles mostram compreender que esse é um tema sensível demais para que os europeus aceitem uma grande liberalização de seu mercado. Entretanto, os negociadores não sentem que haja contrapartida da UE na questão de propriedade intelectual, especialmente nos setores de medicamentos e defensivos. "Compreendemos o impacto político para eles, agora é hora deles compreenderem o nosso", disse um diplomata brasileiro.

De acordo com ele, os europeus querem estender os prazos de patentes de remédios e agrotóxicos por cerca de dez anos. Somente para um grupo de seis remédios fabricados na Europa, exemplificou, os gastos com as patentes consumiria cerca de R\$ 8 bilhões anuais.

Ainda que sentissem disposição dos europeus para ceder, teriam que correr contra o relógio para anunciar até o mês que vem as bases do acordo comercial entre os dois blocos. A avaliação é a de que, por conta dos calendários brasileiro - com eleição este ano - e europeu, o acordo será jogado para 2020 se não for anunciado até julho.

Fora dos meios diplomáticos, especialistas também veem com pessimismo o atual estágio das negociações. Caso de Renato Galvão Flôres Junior, diretor do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da FGV, que há duas décadas acompanha as conversas entre europeus e sul-americanos.

"Estamos em um estágio que não vai sair nada", disse ele. "O acordo perdeu novamente momento e não vai sair."

Mercosul e China devem retomar negociação de acordo comercial

O Globo - 18/06/2018

Por pressão de Uruguai e Argentina, o Mercosul deverá retomar as negociações para um acordo comercial com a China, tratadas em uma única reunião há seis anos. Uruguaios e argentinos defendem a alternativa, sob o argumento de que as conversas com a União Europeia (UE), iniciadas há 20 anos, estão longe da conclusão. Outra justificativa é que, com a guerra comercial entre Washington e Pequim, abre-se uma oportunidade única para o aumento das exportações para o país asiático.

Segundo fonte do governo brasileiro, os dois vizinhos estariam dispostos a fazer acordos separadamente, caso não haja concordância dos demais membros do bloco. A hipótese, porém, enfrenta forte oposição do Brasil. Regras do Mercosul proíbem negociações unilaterais que prevejam reduções de tarifas de importação.

Ontem, em reunião preparatória para o encontro de presidentes do Mercosul, que acontece hoje na capital paraguaia, o chanceler uruguaio, Rodolfo Novoa, afirmou que as negociações com os europeus estão "no limite do fracasso". Ele disse que, ao assumir a presidência pro tempore do bloco neste semestre, seu país vai explorar as possibilidades de alcançar um acordo com os chineses. Segundo ele, hoje o Mercosul paga mais de US\$ 1,5 bilhão por ano para entrar com produtos na China. Já o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Faurie, ao se referir as negociações entre Mercosul e UE, afirmou:

— Estamos certos de que a janela de oportunidade começa a entortar. A Argentina concorda com o que diz o Uruguai e está disposta a ver o que pode fazer (em relação à China).

Consultado, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, negou que as discussões com a UE estejam indo mal. Afirmou que houve

avanços importantes na parte de acesso de bens, mas admitiu que ainda há divergências em áreas como a automotiva, a regra de origem e o transporte marítimo. Sobre a China, ele disse que uma negociação só pode ser feita em conjunto no Mercosul.

— Esse tipo de acordo unilateral não pode ser feito, sob pena de desmontar o Mercosul. — ressaltou o ministro.

Sobre a ofensiva do Uruguai, ele destacou que o país está propondo a retomada do diálogo entre Brasil e China. Enfatizou que o país asiático é o principal mercado para o Brasil.

— Por que não retomarmos esse processo? — indagou.

Argentina fora da cúpula

A reunião de presidentes do Mercosul será esvaziada. Não está prevista a presença do presidente da Argentina, Mauricio Macri, que teria preferido ficar em Buenos Aires administrando a crise econômica por que passa o país.

Sábado, em café da manhã entre ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais da região, o ministro da Fazenda argentino, Nicolás Dujovne, também não compareceu. Em meio às turbulências cambiais no país e à troca de membros importantes da equipe econômica, os vizinhos estão mais preocupados com problemas internos do que com a integração da união aduaneira sulamericana.

No fim da semana passada, Macri demitiu o presidente do Banco Central, Federico Sturzenegger, e colocou em seu lugar Luis Caputo, então ministro das Finanças — pasta que foi absorvida pelo Ministério da Fazenda e agora está sob o comando de Dujovne. Outros dois ministros foram exonerados no sábado, o da Energia e o da Produção.